



MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL

RODRIGO ZAMBERLAN

**OS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS PARA AS ATIVIDADES  
AGRÍCOLAS NA REGIÃO DO COREDE ALTO JACUI/RS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2014

RODRIGO ZAMBERLAN

**OS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS PARA AS ATIVIDADES  
AGRÍCOLAS NA REGIÃO DO COREDE ALTO JACUI/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, como requisito para obter o título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera

Cruz Alta – R/S, Dezembro/2014

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ  
Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão  
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**OS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS PARA AS ATIVIDADES  
AGRÍCOLAS NA REGIÃO DO COREDE ALTO JACUI/RS**

Elaborada por

Rodrigo Zamberlan

Como requisito parcial para obtenção do  
Título de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof. <sup>a</sup> Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera	_____	UNICRUZ
Prof. Dr. Marcelo Benevenga Sarmiento	_____	UNICRUZ
Prof. <sup>a</sup> Dra. Tanice Andreatta	_____	UNICRUZ

Cruz Alta-RS, 17 de dezembro de 2014

## RESUMO

### OS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA REGIÃO DO COREDE ALTO JACUI/RS

Autor: Rodrigo Zamberlan

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maria Prudêncio de Mera

A produção agrícola é caracterizada como uma atividade de crescente complexidade, o que leva o agricultor a lidar com aspectos técnicos, mercadológicos, de recursos humanos, ambientais e institucionais. Esse contexto produz alteração do perfil do agricultor com muita rapidez. Como instituição, o Governo Federal tem uma atuação no crédito rural no Brasil, sendo a principal fonte de recursos para o financiamento da produção agropecuária nacional. Este estudo histórico-descritivo foi concretizado através do método quantitativo e bibliográfico, com coleta de dados secundários, utilizando informações das operações de Crédito Rural, obtidas junto ao BACEN, através de relatórios específicos para o estudo ou através do aplicativo PASCS10. A análise dos dados foi organizada através de tabelas e gráficos, considerando a literatura pertinente sobre as diferentes formas de financiamento da agricultura na região do Alto Jacuí e as suas relações com a evolução das áreas cultivadas das culturas de Milho, Soja e Trigo, no período de 2008 a 2012, ressaltando as fontes de financiamentos agrícolas, considerando-se as necessidades do produtor optar pelo melhor crédito a ele fornecido. A abrangência do estudo proposto é a região do COREDE Alto Jacuí, a qual está situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, região que possui atualmente 6.905,5 Km<sup>2</sup> e constituída por 14 municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Inera, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera. Em virtude da natureza do trabalho proposto, foi realizado um estudo histórico-descritivo sobre as diferentes formas de financiamento da agricultura na região do Alto Jacuí. Como objetivo geral foi definido analisar os financiamentos bancários destinados à atividade agrícola e as áreas cultivadas com Milho, Soja e Trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS. Com base na análise desenvolvida conclui-se que tais créditos podem derivar-se a partir de financiamentos agrícolas, créditos rurais, aplicações compulsórias e recursos das autoridades monetárias que poderão ser utilizados em benefício do produtor rural. A principal conclusão do estudo é de que os produtores, cada vez mais, buscam financiamentos bancários para implantar suas lavouras, principalmente da cultura da soja, a qual possui maior expressão na área analisada. A cultura de trigo, por ser considerada de maior risco, os produtores buscam maiores aportes financeiros, visando garantir os financiamentos através da contratação de seguros para esta cultura.

**Palavras-chave:** Custos agrícolas. Financiamentos. Custeio.

## ABSTRACT

### THE BANK FINANCING FOR AGRICULTURAL ACTIVITIES IN THE REGION OF COREDE ALTO JACUÍ / RS

Author: Rodrigo Zamberlan

Advisor: Prof. Dr. Maria Claudia Prudencio de Mera

Agricultural production is characterized as an activity of increasing complexity, which leads farmers to deal with technical aspects, marketing, human, environmental and institutional resources. This context produces change the farmer's profile very quickly. As an institution, the Federal Government has a role in rural credit in Brazil, the main source of funds for the financing of national agricultural production. This historical and descriptive study was achieved through the quantitative and bibliographic method, secondary data collection, using information from Rural Credit operations, obtained from the Central Bank, through specific reports for the study or through PASCOS10 application. Data analysis was organized in tables and graphs, considering the literature about the different forms of agriculture funding in Alto Jacuí region and its relations with the evolution of cultivated areas of corn crops, soybean and wheat in the period 2008 to 2012, highlighting the sources of agricultural financing, considering the needs of the producer choose the best credit to him provided. The scope of the proposed study is the COREDE Alto Jacuí region, which is situated in the northwest of Rio Grande do Sul State, a region that currently has 6905.5 km<sup>2</sup> and consists of 14 municipalities: Boa Vista padlock, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Tres Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Barbara do Sul, Selbach and Tapera. Given the nature of the proposed work, we performed a historical and descriptive study on the different ways of financing agriculture in the Alto Jacuí region. As a general objective was set to investigate the bank financing for the agriculture and the areas planted with corn, soybean and wheat in the region of COREDE Alto Jacuí / RS. Based on the analysis it is concluded that such claims may derive from agricultural loans, agricultural loans, compulsory deposits and resources of the monetary authorities that could be used for the benefit of farmers. The main conclusion of the study is that producers increasingly seek bank financing to deploy their crops, especially of soybean, which has higher expression in the analyzed area. The wheat crop, to be considered at higher risk, producers seek greater financial contributions in order to ensure financing through the purchase of insurance for this culture.

**Keywords:** Agricultural costs. Financing. Costing.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 - Lavouras Temporárias (Em hectares - Ano 2011) dos municípios que compõem o COREDE do Alto Jacuí .....	17
--	----

## LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central do Brasil  
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CAIs – Complexos Agroindustriais  
CDA - Certificado de Depósito Agropecuário  
CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio  
CPR – Cédula do Produtor Rural  
CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio  
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil  
CVT - Custos variáveis totais  
DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais  
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação  
FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural  
FEE - Fundação de Economia e Estatística  
GMs - Sementes geneticamente modificadas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
LCA – Letra de Crédito do Agronegócio  
MCR – Manual de Crédito Rural  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural  
PEP - Prêmio de Escoamento de Produto  
PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos  
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar  
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural  
PSI – Processo de Substituição das Importações  
SNA – Sociedade Nacional da Agricultura  
SRB – Sociedade Rural Brasileira  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos  
WA - Warrant Agropecuário

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - % de área financiada na região do COREDE Alto Jacuí .....	83
Gráfico 2 – Área total cultivada com as culturas na região .....	83
Gráfico 3 – Valores liberados pelas instituições financeiras (em R\$ mil) .....	84



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos Financiamentos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil) .....	44
Tabela 2 – Evolução dos Financiamentos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %) .....	44
Tabela 3 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil) .....	48
Tabela 4 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %) .....	50
Tabela 5 – Custos de produção da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Por hectare cultivado) .....	53
Tabela 6 – Custos de produção da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS.....	54
Tabela 7 – Área de soja financiada pelas instituições financeiras na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em hectares) .....	56
Tabela 8 – Evolução da área financiada da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (%).....	57
Tabela 9 – Percentual de área financiada da cultura da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (%).....	58
Tabela 10 – Produção – Soja em grãos na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas) .....	59
Tabela 11 – Variação percentual da produção da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas). .....	60
Tabela 12 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil) .....	62
Tabela 13– Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %) .....	63
Tabela 14 – Custos de produção com milho na Região do COREDE Alto Jacuí (Em R\$ mil) .....	65
Tabela 15 – Área cultivada de milho na Região do COREDE Alto Jacuí (Em hectare)..	66

Tabela 16 – Área de milho financiada pelas instituições financeiras na Região do COREDE Alto Jacuí (Em hectare) .....	68
Tabela 17 – Percentual de área financiada da cultura de milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (%). .....	69
Tabela 18 – Produção – Milho em grãos na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas) .....	70
Tabela 19 – Variação percentual da produção do milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas).....	71
Tabela 20 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do trigo na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil) .....	73
Tabela 21 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do trigo (Em %) .....	74
Tabela 22 – Custos de produção com trigo na Região do COREDE Alto Jacuí (Em %) .....	76
Tabela 23 – área cultivada com trigo (Em hectare) .....	77
Tabela 24 – Área de trigo financiada pelas instituições financeiras na Região do COREDE Alto Jacuí (Em hectares) .....	78
Tabela 25 – Percentual de área financiada da cultura de trigo na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (%). .....	79
Tabela 26 – Produção – trigo em grãos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas) .....	80
Tabela 27 – Variação percentual da produção do trigo na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas).....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Problemática e problema de pesquisa .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Objetivos .....</b>	<b>17</b>
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos .....	18
<b>1.3 Metodologia .....</b>	<b>18</b>
<b>2 PAPEL DO ESTADO NA AGRICULTURA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Estado liberal .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Estado keynesiano .....</b>	<b>27</b>
<b>3 FINANCIAMENTOS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL ,,,,,</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Financiamento agrícola no período agroexportador .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Financiamento agrícola durante o Processo de Substituição de Importações....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 Desmonte das políticas públicas .....</b>	<b>34</b>
<b>3.4 As fontes de financiamento .....</b>	<b>36</b>
<b>3.5 Custos de produção .....</b>	<b>37</b>
<b>3.6 Novos instrumentos de financiamentos agrícolas e o debate sobre o desenvolvimento rural .....</b>	<b>40</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1 Financiamentos totais dos municípios do COREDE Alto Jacuí/RS.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2 Financiamentos para custeio de Soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS....</b>	<b>46</b>
4.2.1 Custos de Produção da soja.....	51
4.2.2 Área Cultivada de soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS.....	54
4.2.3 Área de Soja financiada por instituições financeiras na Região do COREDE Alto Jacuí/RS .....	55
4.2.4 Produção de Soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS .....	58
<b>4.3 Financiamentos para custeio de milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS....</b>	<b>61</b>
4.3.1 Custos de produção do milho.....	64
4.3.2 Área cultivada com milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS .....	65
4.3.3 Financiamentos para cultura do milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS.....	67
<b>4.4 Liberações para custeio de Trigo na Região do COREDE Alto Jacuí/RS.....</b>	<b>72</b>
4.4.1 Custos de produção para o Trigo .....	75
4.4.2 Área cultivada de trigo na Região do COREDE Alto Jacuí/RS.....	76
<b>4.5 Necessidade do financiamento bancário .....</b>	<b>89</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O governo brasileiro quase sempre esteve presente na condução dos processos relacionados ao desenvolvimento da agricultura no país, direcionando o setor, conforme seus interesses sociais, econômicos e políticos, seguindo diferentes padrões ao longo da história do Brasil.

A economia brasileira, entre os anos de 1500 a 1930, que compreendeu a época Colonial (1500-1822), o período Imperial (1822 a 1889) e a República Velha (1889 a 1930), dependia basicamente de suas exportações, que neste período, restringia-se a poucas *commodities* agrícolas, e que variaram ao longo do tempo. Conforme Gremaud *et al.* (2002), neste período os produtos que se destacaram foram o açúcar, o algodão, a borracha, e o café.

Assim, até 1930 o Brasil tinha sua sustentação econômica através de um modelo produtivo voltado a atender as demandas externas. A economia era alicerçada nos ciclos produtivos ou econômicos que se sucederam ao longo da formação econômica, política e social brasileira. Os financiamentos agrícolas eram direcionados especialmente a estes produtos.

Pode-se dizer que no ciclo do café foi quando o governo brasileiro teve uma maior atuação. De acordo com Furtado (2003), no final do século XIX o Brasil controlava  $\frac{3}{4}$  da oferta mundial do produto. Com o aumento da produção e com a queda nos preços, devido a sucessivas crises internacionais, a intervenção do governo ocorria para valorização do produto e era feita principalmente pela garantia de preços mínimos e de estoques reguladores.

O modo como o Brasil enfrentou as crises promoveu o que Furtado (2003) intitulou de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, onde o elemento essencial na formação de renda da economia brasileira deixa de ser a demanda externa, voltando-se ao mercado brasileiro, mais precisamente ao consumo e aos investimentos domésticos. Neste período o setor industrial passa a tomar espaços deixados pelo setor agrícola na geração de valor da economia brasileira.

A partir dos anos 30, com a necessidade de realizar alterações estruturais no país para que sua produção deixasse de ser somente para o mercado externo, pois não havia mais demandas significativas, é criado o Processo de Substituição das Importações – PSI,

acelerando o processo de industrialização do país. A agricultura de mercado interno, que até este momento não possuía nenhuma política de financiamento, passou a receber amparo legal pela criação em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil - CREA em da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, em 1943 (MASSUQUETI, 1998).

Motivado pela crise econômica ocorrida em 1963, quando o governo buscou aprimorar o processo produtivo através de uma modernização do setor agropecuário, aumentando assim a produção e a produtividade, foi criado e regulamentado em 1965 através da Lei 4.829, o Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR. A instituição do crédito rural tinha por objetivo organizar os esforços e recursos direcionados a modernização da atividade agrícola para que esta cumprisse suas funções no desenvolvimento do setor industrial brasileiro.

Conforme explica Nascimento et al. (2007), o crédito era oferecido para incentivar a utilização dos chamados insumos modernos, tais como máquinas, equipamentos, defensivos, fertilizantes, além de aumentar a produção e a produtividade, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional e fornecer ao setor agrícola, melhores condições que o mercado financeiro, como facilidade de acesso aos créditos, taxas de juros favorecidas e prazos maiores.

A estratégia de desenvolvimento do setor agropecuário através de recursos do crédito rural foi eficiente até o final da década de 1970, quando ocorreu o esgotamento das fontes direcionadas a este setor, aliados `à crise da dívida externa e de um processo inflacionário.

Segundo Spolador (2001, p. 7), nos primeiros anos da década de 1980, para conter o processo inflacionário o governo determinou como objetivo da política monetária a redução da oferta dos meios de pagamento. O corte no crédito rural foi mais eficiente na contenção do crescimento da oferta monetária quanto maior a participação no total das aplicações das autoridades monetárias. Em 1980 o crédito rural representava 20% da soma da base monetária com a dívida pública.

Com o resultado da política monetária essa participação caiu para 12% em 1981, demonstrando que a redução nas taxas de crescimento da oferta dos meios de pagamento não poderia prescindir dos cortes efetuados no volume de recursos destinados ao crédito rural. Por outro lado, a demanda por crédito rural crescia rapidamente devido às condições favoráveis nos mercados interno e externo para os produtos agrícolas, o que aumentou a dependência do crédito rural das aplicações compulsórias dos bancos, já que os depósitos a vista minguaram em função da corrosão do poder aquisitivo da moeda pela inflação, e da alocação de recursos

de forma complementar por parte das autoridades monetárias. Entendendo que uma das causas do processo inflacionário seriam os subsídios dados ao crédito rural e as emissões monetárias utilizadas para financiar complementarmente os produtores, o governo resolve alterar a política agrícola e decreta o fim da conta movimento do Banco do Brasil (SPOLADOR, 2001).

A partir da metade dos anos 1990, retoma-se, via fomento das políticas agrícolas, o processo de financiamento público agropecuário através de financiamentos bancários, e da criação de políticas específicas para categoria de agricultor familiar, e da discussão do desenvolvimento rural.

Delgado (2012) afirma que nos anos 2000 ocorre um *boom* exportador de *commodities* e paralelamente a isto, (i) o crédito público bancário volta a tornar-se a principal via de fomento da política agrícola, (ii) as *commodities* sofrem uma alta em suas valorizações e (iii) ocorre uma inserção externa das cadeias agroindustriais manipulando as vantagens comparativas naturais da matéria-prima.

Neste sentido, a região do COREDE Alto Jacuí/RS, por possuir características agropecuárias, com extensões agrícolas bastante amplas, passa a ser uma região adequada para que possam ser avaliadas as aplicações de recursos na atividade agrícola, disponibilizados aos beneficiários ao amparo do MCR – Manual de Crédito Rural<sup>1</sup>.

No estudo proposto, avaliam-se os valores liberados pelas instituições financeiras, destinados aos produtores rurais para serem aplicados na atividade agrícola, nas culturas do Milho, da Soja e do Trigo, contratados entre os anos de 2008 e 2012 na região do COREDE Alto Jacuí/RS. O período compreendido entre os anos de 2008 a 2012 servem para avaliar as evoluções ou regressões das culturas, bem como as distribuições dos financiamentos bancários entre as culturas e enquadramentos dos produtores.

## 1.1 Problemática e Problema de pesquisa

Conforme já mencionado anteriormente, a agricultura brasileira sempre foi dependente ou influenciada por iniciativas e ações governamentais, sejam elas de proteção ou até mesmo contrárias aos interesses dos produtores rurais, mas quase sempre direcionada ao desenvolvimento agrícola.

---

<sup>1</sup> O MCR (<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR>) é editado pelo Banco Central do Brasil, o qual possui a função de dirigir, coordenar e fiscalizar as deliberações do Conselho Monetário Nacional.

A expressão desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), se refere exclusivamente às condições da produção agrícola, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução - por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos (NAVARRO, 2001).

Ainda de acordo com o mencionado autor, a noção de desenvolvimento rural foi moldada pelo "espírito" de cada época. No Brasil, por exemplo, já nos anos 1970, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a defesa do desenvolvimento rural, já que em outras regiões o modelo era o da "modernização agrícola". Em tal contexto, a transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura.

A política de crédito rural, vigente na primeira fase, buscava estimular o fluxo de recursos financeiros para a agricultura e permitir a alavancagem produtiva das propriedades rurais (SPOLADOR, 2001).

O desenvolvimento agrícola, fomentado pelas políticas agrícolas, além de aumentar a produção e a produtividade, modificou substancialmente as características econômicas do Brasil, tornando-o mais industrializado e urbanizado. Neste contexto, Gremaud *et al.* (2002) menciona a importância no setor agrícola no processo de industrialização, destacada em linhas gerais (i) pela liberação de mão de obra, (ii) pelo fornecimento de alimentos e matéria prima, (iii) pela transferência do capital, (iv) pela geração de divisas e (v) pelo mercado consumidor.

Conforme Graziano da Silva (2002), uma análise desagregada das principais ocupações exercidas pelas pessoas residentes em áreas rurais no período 1992-99 aponta que quase todas as ocupações agropecuárias mostraram uma forte redução, especialmente aquelas mais genéricas como "trabalhador rural" e "empregado agrícola", que agregam os trabalhadores com menor grau de qualificação: cerca de um milhão de pessoas ocupadas a menos em 1999 em comparação a 1992.

Massuquetti (1998) descreve que neste mesmo período de intensa industrialização, que ocorre a partir de 1950, buscava-se aprimorar o processo produtivo, através do incentivo a modernização do setor agropecuário e por consequência aumentar a produção e a produtividade, diminuindo os custos industriais aumentando sua competitividade.

No entanto, nem todas as regiões e produtos foram beneficiados com o aparato institucional criado para a modernização agrícola. Conforme Silva (1996), a modernização da

agricultura, em políticas públicas e em implementos e em investimentos maciço de capital no setor agropecuário define como consequência do avanço ou desenvolvimento capitalista, e suas consequências.

A modernização ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo. Dessa forma, não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais (SILVA, 1999).

Com a finalidade de contribuir com esta modernização de forma organizada, foi instituído no Brasil, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o Crédito Rural, momento este em que ocorreu a estruturação do Sistema de Crédito Rural no Brasil. Nesta lei já mencionava que seriam canalizados ao crédito rural um percentual dos recursos operados pelas instituições de crédito autorizadas a operar no Crédito Rural. Caso estes recursos não fossem aplicados, deveriam ser recolhidos a BACEN – Banco Central do Brasil, sem remunerações.

Constituíam o SNCR o Banco Central do Brasil (BACEN), o Banco do Brasil S/A, o Banco de Crédito da Amazônia S/A, o Banco do Nordeste do Brasil S/A, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e como órgãos auxiliares poderiam participar ainda os Bancos Estaduais, Caixas Econômicas, Bancos Privados, Sociedades de Crédito, Financiamentos e Investimentos e as Cooperativas autorizadas em operar no Crédito Rural.

Os recursos destinados ao crédito rural, que devem obedecer ao disposto no MCR – Manual de Crédito Rural podem ser destinados as seguintes aplicações:

- Custeio: Destina-se a cobrir as despesas habituais dos ciclos produtivos, desde a compra dos insumos até a fase da colheita;
- Investimento: É destinado à aquisição de bens ou serviços duráveis, trazendo benefícios durante vários anos;
- Comercialização: Busca assegurar aos beneficiários os recursos necessários para a adoção de mecanismos que possam garantir o abastecimento e levar a armazenagem da produção em momentos de queda nos preços dos produtos.

Na região do Alto Jacuí-RS, foco empírico deste estudo, o desenvolvimento agrícola da região não foi diferente da maioria das regiões do Estado. De acordo com Mera (2011), no século XIX foi que se formaram as origens das atuais estruturas agrícolas no Estado do Rio



Grande do Sul e na região do COREDE Alto Jacuí/RS, na qual existiam grandes propriedades rurais destinadas a atividade pecuária. A partir de 1950, com a mecanização da produção de trigo, passou-se a buscar aumentos de produtividades através de ações modernizadoras dos processos produtivos da agricultura.

Como na história do Brasil, que se caracteriza e se confunde com os ciclos de dominância de culturas agrícolas desde sua formação econômica, na região do Alto Jacuí esta realidade é observada com a produção de soja, não pela exclusividade, mas pela predominância de cultivo. O modelo produtivo agrícola da região, alicerçado principalmente na produção de grãos, tem alcançado rentabilidade somente quando atrelado à economia de escala.

Após 1970, já com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), o financiamento agrícola na região, era destinado principalmente para custeio. O Censo Agropecuário de 2006 revela um aumento no número de estabelecimentos com financiamento para investimento, o financiamento para custeio praticamente não se altera e para comercialização tem uma pequena elevação em relação a 1980. Quando se considera o número de estabelecimentos, pode-se dizer que em 1970, dos 10.178 estabelecimentos agrícolas da região, apenas 25,04% tiveram acesso a financiamento agrícola, em 1980 este percentual sobre 56,33%, em 2006 este percentual se manteve. De 1970 até 2006, há um aumento de 84,55% no número de estabelecimentos que obtiveram financiamento agrícola (DELGADO, 2012).

Atualmente, a agricultura na região do COREDE Alto Jacuí/RS está fortemente alavancada em algumas poucas culturas agrícolas, conforme pode ser observado no Quadro 1, apresentado na sequência deste estudo.

As culturas propostas para avaliação, do presente estudo, referem-se ao ano de 2011, corresponderam a 94,18%, conforme dados do IBGE (2012) da área cultivada com culturas agrícolas temporárias na região do COREDE Alto Jacuí/RS. A escolha da Soja e do Milho por dominarem as lavouras agrícolas das safras de verão, enquanto o Trigo é a cultura alternativa em nossa região para as safras de inverno.

Quadro 1 - Lavouras Temporárias (Em hectares - Ano 2011) dos municípios que compõem o COREDE do Alto Jacuí

Municípios	Total	Soja (a)	Milho (b)	Trigo (c)	% Total (a + b + c)
Boa Vista do Cadeado	53.164	36.940	2.800	9.000	91,68%
Boa Vista do Incra	38.586	28.000	2.500	2.500	85,52%
Colorado	25.386	16.000	3.500	5.000	96,51%
Cruz Alta	117.614	86.500	4.000	23.125	96,61%
Fortaleza dos Valos	42.202	33.350	2.200	6.000	98,46%
Ibirubá	60.437	41.500	2.500	14.000	95,97%
Lagoa dos Três Cantos	13.437	9.000	1.200	2.600	95,26%
Não-Me-Toque	29.822	21.500	3.000	4.000	95,57%
Quinze de Novembro	15.578	11.300	800	3.000	96,93%
Saldanha Marinho	19.270	12.500	1.500	4.500	96,00%
Salto do Jacuí	29.886	20.600	1.500	4.500	89,00%
Santa Bárbara do Sul	86.473	67.000	5.000	7.000	91,36%
Selbach	15.601	10.400	1.400	3.300	96,79%
Tapera	17.945	12.160	1.320	4.000	97,41%
Totais	565.401	406.750	33.220	92.525	94,18%

Fonte: IBGE<sup>2</sup>, 2012

Assim, o estudo avalia como o sistema de financiamento agrícola na região do Alto Jacuí está estruturado, questionando: Quais são os produtos e municípios que se beneficiam do financiamento? As evoluções dos financiamentos bancários estão acompanhando as áreas cultivadas dos produtos nos municípios?

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar os financiamentos bancários destinados à atividade agrícola e as áreas cultivadas com Milho, Soja e Trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o volume de financiamentos bancários aplicados no período de 2008 a 2012 e sua evolução na região de estudo.

<sup>2</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- Verificar a distribuição dos recursos liberados pelas instituições financeiras da região em estudo entre as culturas do Milho, da Soja e do Trigo entre os anos de 2008 a 2012.
- Verificar os volumes de produção das culturas temporárias estudadas entre os anos de 2008 a 2012;
- Comparar a evolução dos valores financiados com as áreas cultivadas das culturas do Milho, da Soja e do Trigo na região de estudo.

### 1.3 Metodologia

A abrangência do estudo proposto é a região do COREDE Alto Jacuí, a qual está situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme classificação da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o COREDE Alto Jacuí possui atualmente 6.905,5 Km<sup>2</sup>, sendo constituída por 14 municípios, que são os seguintes: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera.

Em virtude da natureza do trabalho proposto, foi realizado um estudo histórico-descritivo sobre as diferentes formas de financiamento da agricultura na região do Alto Jacuí, e as suas relações com a evolução das áreas cultivadas das culturas de Milho, Soja e Trigo, no período de 2008 a 2012.

O método utilizado constitui-se, portanto, de pesquisa quantitativa e bibliográfica, com coleta de dados secundários relacionados ao objeto de estudo. A análise dos dados está apresentada através de tabelas e gráficos, considerando a literatura pertinente.

Os produtos pesquisados e avaliados são o Milho, a Soja e o Trigo, os quais ocuparam no ano de 2011, 94,18% das lavouras temporárias nos municípios do COREDE Alto Jacuí/RS, sendo assim as que atualmente demandam maiores investimentos por parte dos produtores rurais.

Para atingir os objetivos foram utilizadas as informações das operações de Crédito Rural, obtidas junto ao BACEN, através de relatórios específicos para o estudo ou através do aplicativo PASCS10<sup>3</sup>. Todas as operações formalizadas junto aos beneficiários são registradas junto ao BACEN, bem como as informações do IBGE com relação as áreas cultivadas dos

---

<sup>3</sup> O Aplicativo PASCS10 é um software que permite acessar ao Banco de Dados do BACEN.

produtos a serem estudados. Através destas informações foi possível realizar as avaliações propostas no presente estudo.

## **2 PAPEL DO ESTADO NA AGRICULTURA**

Neste capítulo discute-se o tema proposto através das abordagens teóricas de vários autores, apresentando as características do desenvolvimento agropecuário brasileiro, dando ênfase ao papel do Estado na agricultura, aos financiamentos e desenvolvimento agrícola no Brasil.

Compreender a formação do Estado contemporâneo brasileiro é uma tarefa complexa. Mesmo com todo o discurso social democrático instaurado nos últimos anos, o Estado brasileiro ainda é permeado por muitos traços tradicionalistas que elevam as práticas patrimonialistas, corporativistas e clientelistas, dificultando, assim, o estabelecimento de uma real cidadania, especialmente no meio rural, apesar de algumas ações empreendidas por alguns mecanismos de participação social para a formação da democracia brasileira (FERREIRA et al., 2009).

Por sua vez, a percepção sobre o papel do Estado no Brasil vem sofrendo mudanças nas últimas décadas com a crise neoliberal, provocando críticas e aumento de reivindicações no sentido de reorientar a política agrária, dentre as quais se destacam a necessidade de mudanças de rumos do desenvolvimento rural, que demandariam reorganização institucional e maior controle do Estado e em favor das demandas dos agricultores excluídos ou vitimados pelo pacto do agronegócio. A intervenção do Estado na agricultura é uma prática antiga adotada tanto pelos países subdesenvolvidos como desenvolvidos. Os países desenvolvidos, apoiados em teorias que reforçam o apoio do Estado à agricultura desenvolveram fortes mecanismos de proteção ao setor (CLEPS JÚNIOR, 2005).

Para Silva et al. (2000), as ações de política agrícola no Brasil acompanharam de perto as alterações ocorridas na percepção do papel do Estado na economia. Se não considerarmos as fortes intervenções no mercado cafeeiro, frequentes no início do século, é durante o período chamado de Estado desenvolvimentista, mais precisamente nos meados dos anos 60, que o governo passou a atuar decisivamente, e com propósitos definidos, na agricultura brasileira.

As principais críticas recentes às políticas do Estado estão principalmente voltadas no sentido de reorientar sua política agrária, destacando a necessidade de mudanças de rumos

que demandariam reorganização institucional no sentido de uma maior ofensiva contra o agronegócio e em favor dos trabalhadores, com reformulação dos atuais padrões de interação entre o Estado e os grupos empresariais ligados ao campo. A política agrária dos últimos anos repõe as relações de posse e uso de terra em bases cada vez mais restritivas e adversas às aspirações legítimas dos trabalhadores e camponeses (CLEPS JUNIOR, 2009).

Conforme Silva et al. (2000), a essência dessa intervenção, num certo sentido, pode ser interpretada como a criação de mecanismos institucionais que transferissem recursos financeiros de outros setores para as atividades agrárias. Esses mecanismos são conhecidos. Sobretudo através do Banco do Brasil, então uma autoridade monetária, concedia-se crédito abundante e subsidiado, que tinha origem tanto nas exigibilidades sobre depósitos à vista dos bancos comerciais quanto no orçamento federal.

A agropecuária brasileira passou, nas últimas quatro décadas, por transformações estruturais, as quais resultaram numa nova inserção da agricultura no cenário sócio-econômico brasileiro. Desse modo, a noção de desenvolvimento rural, que incorpora a agricultura familiar como foco central de suas reflexões, ganhou legitimidade social, política e acadêmica no Brasil (FERREIRA et al., 2009).

As áreas rurais brasileiras também apresentam o crescimento do número de pessoas desempregadas, mas que continuam residindo nas áreas rurais, em todas as regiões brasileiras. Esse é um dos aspectos de urbanização dos nossos campos. Enquanto no passado as pessoas que deixavam a atividade agrícola também deixavam o campo, nos anos 90, para uma boa parte dessa população que deixa a atividade agrícola, não existe mais a migração para as cidades. Pode-se afirmar que o êxodo rural diminuiu ou quase acabou nos anos 1990, embora exista ainda um forte êxodo agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

De acordo com Kageyama (1990), a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas proximidades das cidades, a indústria ocupou os espaços rurais e as diferenças culturais entre campo e cidades foram transformadas. Em decorrência disso, o rural deixou de ser somente sinônimo de agrícola, tornando-se pluriativo e multifuncional, surgindo, assim, diversas formas de agricultura familiar que incorporam uma diversidade de situações específicas e particulares, que variam desde o modo camponês de subsistência até as formas imbricadas de produção e comercialização mercantil.

Neste contexto, por um longo tempo, o Estado esteve presente à frente das propostas de desenvolvimento rural, caracterizando, assim, como o principal agente de formulação e execução de políticas para o meio rural. Este tipo de Estado ficou conhecido como desenvolvimentista. No entanto, alterações de ordem social, política e econômica levaram a

uma crise do Estado desenvolvimentista, cujas propostas passaram, então, a configurar pela minimização de seu papel e por reformas que visaram uma interconexão das esferas pública e privada (FERREIRA et al., 2009).

Para o mesmo autor, poucos fatores pertinentes à esfera do Estado são identificados como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária familiar na RSMG, destacando o PRONAF e as instituições de pesquisa, ensino, extensão e captação profissional. Além disso, esses fatores não têm sido explorados adequadamente, visto que são atingidos pelo potencial restritivo de outros fatores. A falta de políticas agrícolas foi identificada como fator limitante relacionado à esfera do Estado, entretanto, necessitando de maior intervenção do Estado no setor agropecuário.

Segundo a Cartilha de Acesso ao PRONAF 2011/2012, devido à mudança anual de regras para financiamento publicadas pelo governo federal por meio do Plano Safra, para ter acesso aos recursos disponibilizados pelo programa, a agricultor deve:

- trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares [...];
- ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar (BRASIL, MDA, SAF, 2011).

Conforme Schneider et al. (2004, p. 21), o surgimento do Pronaf é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural. Para os autores, "[...] representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência".

As contradições que marcam a expansão capitalista na agricultura brasileira, caracterizando a existência de um setor moderno e outro tradicional, são compreendidas como contradições do capital, engendradas no processo de subordinação do trabalho. As mudanças da base técnica do setor denominado tradicional surgem como diagnóstico para a superação

do atraso na qual elas se encontram. Todavia essas mudanças estão sujeitas à economia de mercado, o que dificulta sua integração à nova forma de organização do setor agrícola e/ou qualquer melhoria de suas condições de vida a partir de seus próprios recursos (MESQUITA; MENDES, 2009).

Para entender o papel do Estado no Brasil é preciso abordar as políticas públicas recentes, pois as transformações da sociedade e do Estado ocorridas nas últimas décadas, o grande capital no campo e os setores agroindustriais adquiriram grande importância, ampliaram ou mesmo construíram novas oportunidades de poder. Nesta análise, é importante considerar como o Estado brasileiro lidou com a Questão Agrária considerando esta ser um dos elementos importantes para explicar tanto as diversas formas adquiridas pelo Estado como as principais rupturas ocorridas na história deste. Nesta trajetória, as classes e grupos dominantes no campo, tanto defendem o liberalismo como também demandam por uma maior intervenção do Estado (CLEPS JÚNIOR, 2005).

Mesquita e Mendes (2009) descrevem que a partir do final da década de 1960, a agricultura estabeleceu ligações com outros ramos da produção, passando a depender dos insumos que recebe de determinados segmentos industriais. Sua produção não se restringe mais, apenas, a bens de consumo final e a comercialização de produtos in natura, mas, também, na produção de bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. A incorporação de inovações tecnológicas, nesse setor, se tornou um processo irreversível. No período após 1975 ocorre a constituição dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), que vão, continuamente, se constituindo e orientando a especialização da atividade agrícola estabelecendo uma crescente interligação com o restante da economia, principalmente, com os serviços financeiros.

## **2.1 Estado Liberal**

A ciência econômica e o próprio papel econômico do Estado tem sido moldado pelas circunstâncias de cada época. Assim, aos economistas clássicos, observadores dos impedimentos ao aumento da produção decorrentes das políticas mercantilistas, o *laissez-faire* era a política preferível. Viviam na Inglaterra que, no final do século XVIII, liderava o desenvolvimento industrial. Para a Alemanha e Estados Unidos, países onde a industrialização era ainda incipiente, o protecionismo era apresentado como melhor política até meados do século seguinte (SILVA et al., 2000).



A Revolução de 1789 instaurou o liberalismo individualista no nível institucional do Estado, limitando a atuação absolutista que dominou a Idade Média. O fundamento político aparente da Revolução era o alcance da certeza jurídica, de poder garantir com firmeza os direitos do homem e, para tanto, era necessária a instauração da liberdade civil (AGUIAR, 2011).

Para Silva et al. (2000), de meados do século XIX até o início do atual, as ideias liberais predominaram e, por conseguinte, a prática do Estado liberal, com função predominante de garantir a propriedade e os contratos. A lógica desse modelo é que o simples funcionamento do mercado é capaz de solucionar, da melhor maneira possível, todos os outros problemas econômicos.

Conforme Aguiar (2011), a mesma burguesia que apesar de não possuir terras, tinha a força do dinheiro, do capital, e desejava participar do poder político, ou seja, queria também privilégios. E a Revolução Francesa os trouxe, e muito mais em riqueza também. Portanto, a origem do capitalismo e das ideias liberais em economia, seduziu a burguesia nascente do século XVI, pois a 'liberdade' como ideário encontrava 'meio de se exprimir concretamente, ou seja, a conquista do mundo material por iniciativa individual que o submete ao reino do dinheiro.

O enfraquecimento dos Estados-nações é um traço característico e muito importante do processo de globalização. Esse enfraquecimento tem a ver com o fortalecimento das empresas, corporações transnacionais, entidades multinacionais, não só empresas, mas também organismos como FMI, Banco Mundial, GATT, ONU, UNESCO, UNICEF, OTAN, NAFTA, MERCOSUL e outros. Esse fato remete à categoria nação (CLEPS JÚNIOR, 2005)

A crise econômica dos anos 1930 se encarregou de negar a eficácia do Estado liberal e deu impulso à intervenção pública na economia. A revolução provocada por Keynes na teoria econômica constituiu suporte teórico para a ação do Estado, com razoável sucesso. Entre os anos 1950 e 1970 observou-se expressiva ampliação da intervenção do governo em todos os setores da atividade humana, independente do regime político. No Primeiro Mundo foi consolidado o *Welfare State*, no Segundo Mundo, o Estado Comunista e no Terceiro Mundo, o Estado Desenvolvimentista (BRESSER PEREIRA, 1996).

Como explica Delgado (1978), a história da intervenção do governo sobre a agricultura seguiu idêntica trajetória: embora a literatura econômica registre, desde os seus primórdios, a importância da produção agrícola para o adequado funcionamento do sistema econômico foi também a partir da crise dos anos 1930 que os governos passaram a intervir

sistematicamente na agricultura. Assim também ocorreu na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo.

A crise dos anos 1970 quebrou o encanto: o mercado falhou e o Estado também. A busca de explicação para essa crise colocou o Estado no centro da discussão. Os neoliberais voltaram-se para a defesa do Estado mínimo, sem função econômica além de garantir os direitos de propriedade e os contratos sob o argumento que o mercado pode falhar mas que, pior ainda, são as falhas do governo (SILVA et al., 2000).

Ainda não se dispõe de um novo paradigma, mas o enfoque neoliberal acabou por se revelar mais dogmático que realista para o enfrentamento dos problemas da atualidade. No momento há um amplo reconhecimento que o Estado exorbitou na intervenção, mas o retorno ao Estado liberal não é visto como a solução recomendável (DELGADO, 1978).

Conforme Cleps Júnior (2005), na agricultura brasileira, o Estado Liberal foi um breve período marcado pela reorganização das estratégias do grande capital agroindustrial e as relações com as políticas de Estado, representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, cujo elo principal foi a aliança política entre partidos de centro e direita em torno de um projeto de tomada de poder e de reconstrução do Estado em uma perspectiva liberal. Para isso efetuou um enorme programa de privatizações, desregulamentação pública e venda de concessões, preservando o programa de abertura comercial já implementado.

Mesquita e Mendes (2009) descrevem que a importância na sociedade capitalista está, principalmente, na reprodução da força de trabalho e no modelo de consumo adotado, superando seu papel inicial - produção de alimentos e matérias-primas. Os projetos de mudanças da dinâmica da agricultura brasileira têm sua origem em meados do século XX, alcançando maior expressão no país nas décadas de 1970 e 1980. As medidas decorrentes desses projetos assentavam-se nas transformações da base técnica, processo chamado de 'modernização', que consistia na subordinação da natureza (as dificuldades apresentadas pelo meio) ao capital (recursos técnicos aplicados à atividade agrícola).

A incipiente divisão social do trabalho justificava a produção de valores de uso, praticamente, inexistia o mercado interno. As grandes explorações se dedicavam à produção de um único produto com elevado valor comercial para o mercado externo. Esse complexo caracterizava uma dinâmica simples. "O passo fundamental que desencadeou a crise do Complexo Rural foi a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro depois de 1850." (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 7).

Mesquita e Mendes (2009) explicam que a evolução da sociedade humana sempre esteve ligada a sua capacidade de produzir e reproduzir suas condições de sobrevivência. A domesticação dos vegetais, modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais, nesse sentido, representou um passo considerável para esse desenvolvimento. A repetitividade do ciclo produtivo das espécies vegetais possibilitou ao homem conhecê-las e elaborar leis que viabilizasse seu domínio sobre essas espécies.

De acordo com Sallun Jr. (2003, p. 44), desde os anos 1970 o neoliberalismo vem ganhando espaço e a “preocupação dominante passou a ser o Estado mínimo, cujos instrumentos básicos seriam o ajuste fiscal, a privatização econômica, a desregulamentação e a regulamentação comercial”. Esse conjunto básico de ideias liberais foi concretizado em “iniciativas que mudaram drasticamente as relações anteriores entre mercado/Estado e a ordem de prioridades do Estado em relação aos segmentos socioeconômicos, tanto em termos patrimoniais como institucionais”.

Nessa perspectiva, a produção de gêneros alimentícios expressa poder, capacidade de gerar excedente e liberar uma parcela significativa da sociedade para que se dediquem a outras atividades (pastoreio, manufatureiras, burocráticas, filosóficas e militares). Esses fatores possibilitaram o surgimento de uma sociedade complexa, na qual a ciência e a tecnologia se encontram a serviço da estrutura econômica e a agricultura se mantém numa posição estratégica para qualquer sociedade no decorrer do tempo e do espaço (MESQUITA; MENDES, 2009).

No complexo rural o cultivo de produtos agrícolas para exportação ocupava, apenas, uma parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais e bens de capitais), a outra parte era dedicada à produção de bens de consumo para a própria unidade e para a produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos) Assim, atividades agrícolas e manufatureiras se encontravam ligadas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A agricultura foi gradativamente transformada em um setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo duráveis e não duráveis da indústria urbana e fornecedora de gêneros alimentícios e matérias-primas. Todavia, o processo de modernização da base técnica da agricultura fomentou sua integração ao setor industrial, mas, em seu conjunto, a agricultura não se altera estruturalmente, muda-se o conjuntural, as técnicas e os produtos, porém permanece o essencial, a forma de produzir e a inserção no mercado mundial. As reformas são compreendidas como medidas que viabilizam a eficiência do capitalismo como sistema

(Estatuto da Terra, reforma bancária, administrativa, fiscal, política e tecnológica) (MESQUITA; MENDES, 2009).

Cleps Júnior (2005) explica que o esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico no início da década de 1980 e da ditadura militar (1985) são demarcadores significativos de um novo arranjo da ordem econômica e política nacional. No âmbito do poder político, novamente a reforma agrária volta à agenda política do Estado. Ela faz parte do pacto formal que levou o presidente Tancredo Neves a instaurar a Nova República, com o lançamento do I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985-1988).

A substituição do antigo nacional-desenvolvimentismo por uma estratégia liberal de desenvolvimento redirecionou o Estado em relação a vários setores socioeconômicos. Nesse processo, o governo não só estimulou o Congresso a aprovar a lei complementar que regulava as concessões de serviços públicos à iniciativa privada, autorizada pela Constituição (eletricidade, estradas, ferrovias etc.), mas também conseguiu a aprovação de uma lei de proteção aos direitos de propriedade industrial e intelectual, tal como recomendado pela OMC (SALLUN JR, 2003).

## **2.2 Estado Keynesiano**

O pensamento Keynesiano deixou algumas tendências que prevalecem até hoje no atual sistema econômico. Dentre as principais, os grandes modelos macroeconômicos, o intervencionismo estatal moderado, a revolução matematizante da ciência econômica (REZENDE, 2005).

O autor ressalta que devido à doutrina clássica não se mostrar suficiente diante de novos fatos econômicos, surgiu o economista inglês John Maynard Keynes que, com suas obras, promoveu uma revolução na doutrina econômica, opondo-se, principalmente, ao marxismo e ao classicismo. Substituindo os estudos clássicos por uma nova maneira de raciocinar na economia, além de fazer uma análise econômica reestabelecadora do contato com a realidade.

Após a II Guerra Mundial o pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” foi difundido no mundo, atingindo, inclusive alguns países subdesenvolvidos. A modernização da agricultura esteve associada ao modelo de desenvolvimento produtivista que passou a ser contestado nos anos 1970 e 1980, dando margem ao surgimento de novas abordagens de desenvolvimento. A abordagem do desenvolvimento territorial ganhou força nos países

desenvolvidos a partir dos anos 1990. Por meio de tal abordagem tem se procurado valorizar as potencialidades locais, a diversidade, o meio ambiente, bem como envolver os atores sociais nos projetos de desenvolvimento (HESPANHOL, 2008).

Opondo-se ao pensamento marxista, Keynes acreditava que o capitalismo poderia ser mantido, desde que fossem feitas reformas significativas, já que o capitalismo houvera se mostrado incompatível com a manutenção do pleno emprego e da estabilidade econômica. Recebendo, portanto, muitas críticas dos socialistas no que se refere ao aumento da inflação, ao estabelecimento de uma lei única de consumo, ignorando as diferenças de classes. E, por outro lado, algumas de suas ideias foram agregadas ao pensamento socialista, como por exemplo, a política do pleno emprego e a do direcionamento dos investimentos (REZENDE, 2005).

Bresser Pereira (1996) explica que o pensamento Keynesiano deixou algumas tendências que prevalecem até hoje no atual sistema econômico. Dentre as principais, os grandes modelos macroeconômicos, o intervencionismo estatal moderado, a revolução matematizante da ciência econômica.

Conforme Rezende (2005), Keynes defendia a intervenção moderada do Estado, afirmando que não havia razão para o socialismo do Estado, pois não seria a posse dos meios de produção que resolveria os problemas sociais, ao Estado compete incentivar o aumento dos meios de produção e a boa remuneração de seus detentores. Roy Harrod acreditava que Keynes tinha três talentos que poucos economistas possuem. Primeiramente a lógica, para assim poder ter se transformado num grande especialista na teoria pura da Economia. Dominar a técnica de escrever lúcida e convincentemente. E, por fim, possuir um senso realista de como as coisas se realizarão na prática.

Os Keynesianos admitiram que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação, considerando, sobretudo, as negociações dos sindicatos com os empresários por aumentos salariais. Por esta razão, foram tomadas medidas que evitassem o crescimento de salários e preços. Mas a partir da década de 1960 os índices de inflação foram acelerados de forma alarmante. A partir do final da década de 1970, os economistas têm adotado argumentos monetaristas em detrimento daqueles propostos pela doutrina Keynesiana; mas as recessões em escala mundial, das décadas de 1980 e 1990 refletem os postulados da política econômica de John Maynard Keynes (BRESSER PEREIRA, 1996).

### 3 FINANCIAMENTOS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL

Este capítulo destaca o tema financiamentos e desenvolvimento agrícola no Brasil, abordando os custos de produção, os financiamentos agrícolas no período agroexportador e durante o processo de substituição de importações, os novos instrumentos de financiamentos agrícolas e o debate sobre o desenvolvimento rural, bem como o desmonte das políticas públicas e as fontes de financiamento.

As experiências históricas decorrentes do liberalismo e, atualmente, da reformulação desse conceito para o neoliberalismo, evidenciam um sistema centrado na expansão do capitalismo, no individualismo e no absenteísmo estatal, fundado numa concepção de mercado natural, neutro e autorregulado, de acordo com a qual o bem estar coletivo adviria, naturalmente, da ampliação das liberdades individuais. Essa visão liberal, contudo, não é verdadeira, uma vez que os resultados das práticas de mercado resultam em um sistema insubsistente para sua própria manutenção, porque não se revela capaz de promover o bem comum. Pelo contrário, inclusive, o enaltecimento da livre concorrência e da liberdade contratual (princípios basilares do liberalismo) resultou historicamente na acumulação de capital e num contexto de ampla desigualdade social. Ademais, o mercado tampouco é capaz de se autorregular, uma vez que depende da intervenção estatal para contornar suas crises recorrentes (CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011).

Conforme Teixeira (2002) é importante considerar alguns critérios e tipos de políticas, para definir o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implementação.

Para Cenci, Bedin e Fischer (2011), o intervencionismo estatal parece imprescindível para assegurar o exercício dos direitos sociais e, por conseguinte, garantir a satisfação do bem comum, mediante a atuação regulatória do mercado, determinada pelo interesse público – não necessariamente em oposição, mas complementarmente (e de forma vinculativa) aos interesses privados, e no direito, como sistema de vínculos e limites à economia.

Com relação aos critérios, Teixeira (2002) indica os seguintes: quanto à natureza ou grau da intervenção: a) estrutural –buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, entre outros; b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma

situação temporária, imediata. Quanto à abrangência dos possíveis benefícios: a) universais – para todos os cidadãos; b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero, além de outros); c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais: a) distributivas – visam a distribuir benefícios individuais e costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; b) redistributivas – visam a redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos; c) regulatória – visam a definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade e não visariam a benefícios imediatos para qualquer grupo (TEIXEIRA, 2002).

O financiamento agrícola no Brasil é fortemente marcado pelo modelo vigente de crédito direcionado através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o que justifica em grande parte a elaboração dos planos de safra, anunciados anualmente. No entanto, em termos do volume de recursos disponibilizados para a agricultura e a pecuária, este modelo tem sido cada vez mais complementado fora do sistema financeiro, através do crédito dos fornecedores de insumos, companhias de comercialização e processamento, com taxas de juros de mercado (DELGADO, 2001).

No Brasil, em larga escala, o sistema de crédito à agricultura é constituído pelas instituições financeiras formais, com referência especial aos bancos comerciais, privados e oficiais. O Banco Central, criado em 1964, e o Conselho Monetário Nacional (CMN) forneceram ao governo federal meios eficazes de controlar o comportamento desses bancos. Além disso, a maior parte da oferta de empréstimos rurais era (e ainda é) suprida pelo Banco do Brasil (ARAÚJO et al., 2007).

A criação de títulos, como a Cédula de Produto Rural (CPR) em 1994, favoreceu o crescimento desse mecanismo de obtenção de crédito. Contudo, o financiamento do setor necessita tornar-se mais dinâmico. Houve apoio governamental com a promulgação da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, instituindo: Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (CLEPS JÚNIOR, 2005).

Conforme o mesmo autor, as políticas do Estado necessariamente não representam ou fomentam uniformemente o poder do agronegócio. Em contrário, capitais agroindustriais em específico tendem a apresentar estratégias diferenciadas e, por vezes, até conflitantes de

crescimento e acumulação. Esta é uma das principais características deste setor, que possui representações políticas e institucionais de setores ligados á agroindústria, mas também algumas das mais expressivas e tradicionais entidades patronais agrícolas, como Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além de algumas Federações e Cooperativas Estaduais de Agricultura.

De acordo com Delgado (2001), o Estado pode intervir no ramo da agricultura, ou num setor específico, através de três tipos de políticas públicas setoriais: a agrícola, a agrária e a de desenvolvimento rural. O setor agropecuário conta com a Política de Crédito Rural que está inserida nos “Mecanismos de Financiamento à Produção Rural”. Tais mecanismos de financiamento foram ampliados a partir dos anos 60 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e com as mudanças da política econômica dos últimos 20 anos. O crédito rural era pouco adotado, em função da baixa oferta de crédito e da baixa complexidade das atividades agropecuárias. Com as mudanças da política econômica, ao longo dos anos, as atividades agropecuárias evoluíram, tornando-se mais complexas, possibilitando a atuação de agentes de outros setores para aportar recursos financeiros.

### **3.1 Financiamento agrícola no período agroexportador**

Um dos fenômenos pertinentes para a análise da relação do Estado com a economia, hoje, é a desnacionalização, ou seja, o processo de ingresso de capital estrangeiro na produção e em serviços até então fundamentalmente nacionais, mediante alienação de patrimônio local – inclusive patrimônio público, ou seja, de propriedade estatal. A capacidade do Estado para resistir a fatores desestabilizadores, nesse cenário, é inversamente proporcional ao aumento dos índices de desnacionalização de sua economia (CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011).

Segundo Pinheiro (2009), é de fundamental importância o planejamento e estratégia do modelo agroexportador brasileiro, que envolve tanto o produtor de pequeno, médio e grande negócio. Em 2007 o Brasil com produção da ordem de 91,0 milhões de toneladas/ano, os Grãos Soja, Milho, Arroz, Trigo, Feijão e Cevada são largamente utilizados para o atendimento da demanda interna de sua população de mais de 168 milhões de habitantes e, ainda, tem destinado seus excedentes à alimentação dos seus rebanhos pecuários e à exportação.

Os problemas do excesso de intervenção pública no setor agropecuário tornaram-se evidentes a partir do início dos anos 1980 em decorrência do acúmulo de excedentes



invendáveis, em particular na União Europeia, cujos subsídios à exportação acabaram por provocar expressiva queda dos preços internacionais com grandes perdas para os demais exportadores (SILVA et al., 2000).

A dinâmica do Complexo Rural determinado pelas flutuações do comércio exterior, leva à queda do preço no mercado externo, todos os recursos da exploração eram deslocados para as atividades internas, com o objetivo de assegurar a subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva. A disponibilidade de excedentes das fazendas fomentou o surgimento de novas oportunidades de investimentos, possibilitando o desenvolvimento de atividades não agrícolas, delegando novas funções às cidades. Esses fatores fundamentaram a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases naturais - o Complexo Rural - para uma economia aberta que estabelecia uma estreita relação com o mercado interno (indústrias urbanas voltadas para a agricultura), como explicam Mesquita e Mendes (2009).

Pinheiro (2009) ressalta que o agronegócio brasileiro é atualmente o segmento mais dinâmico das atividades econômicas voltadas para exportação, sendo responsável por grande parte dos superávits comerciais obtidos recentemente. A exportação tem considerável impacto estrutural nas contas públicas, o que permite ao Governo dar continuidade às políticas de redução da pobreza. Além dessas considerações, a venda de produtos agrícolas tem reflexos diretos na promoção de investimentos no campo, na geração de renda e emprego rurais em bases sustentáveis. Os progressos não são mais significativos porque o potencial agroexportador do Brasil está sujeito aos constrangimentos do aparato protecionista internacional.

Estudos da OCDE estimam que as restrições a importações de países em desenvolvimento e os efeitos negativos das políticas agrícolas dos países desenvolvidos sobre os preços internacionais de commodities custam US\$ 20 bilhões aos países em desenvolvimento. Enquanto no setor manufatureiro as tarifas médias são de 4%, as alíquotas médias dos produtos agrícolas na OCDE são de 60%.

### **3.2 Financiamento agrícola durante o Processo de Substituição de Importações**

A intermediação financeira está sujeita a fatores de risco, os chamados riscos de liquidez, que envolvem a possibilidade de interrupção dos pagamentos devidos nas datas preestabelecidas. Em virtude desses riscos, cresce a necessidade de utilização das demonstrações contábeis para análise, por meio de aplicação de índices, por instituições

financeiras, a fim de conhecer a situação econômica e patrimonial da organização solicitante do financiamento (MELLAGI FILHO; ISHIKAWA, 2000).

A crise da agroexportação criava condições para que a economia se direcionasse preponderantemente ao mercado interno, o que contou com a política econômica governamental a seu favor. Iniciou-se, assim, um período de aproximadamente cinco décadas. Embora a origem da indústria brasileira remonte às últimas décadas do século XIX, tendo continuidade ao longo da República Velha, foi na década de 1930 que o crescimento industrial ganhou impulso e passou por certa diversificação, iniciando efetivamente o Processo de Substituição de Importações (PSI). Portanto, a substituição de importações é simplesmente o fato de o país começar a produzir internamente o que antes importava, o que ocorrera no Brasil com certa expressão na República Velha (PINHEIRO, 2009).

É fundamental analisar o desempenho de um conjunto de produtos agrícolas, aqui designado portfólio, ou carteira, a partir dos anos oitenta, sob o ponto de vista do retorno e do risco, com o auxílio da teoria do investimento (SILVA et al., 2000).

O Estado, nesse contexto, é fragilizado pela condição de refém do investimento externo e da desnacionalização da economia interna, num contexto em que grande parcela da economia produtiva é vinculada ao controle de empresas estrangeiras. Além disso, o Estado não consegue estabelecer sequer as diretrizes econômicas que deseja, pois o investimento externo é norteado pelo lucro das empresas investidoras, e não por estratégias e políticas públicas pensadas pelo Estado, na condição de administrador do interesse público (GONÇALVES, 1999).

No atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira, parece essencial desenvolver a ideia de finanças rurais, baseadas na combinação de recursos próprios do agricultor (para autofinanciamento) com recursos externos obtidos em verdadeiros mercados de intermediação financeira. Esses mercados deverão incluir a intermediação formal (regulada pelas autoridades monetárias) e a associação entre os produtores rurais e o capital financeiro de indústrias, do comércio e das associações de produtos (ARAÚJO et al., 2007).

Conforme Gremaud et al. (2002), entre as características do PSI estão que é uma industrialização fechada pois é voltada para dentro, visa o atendimento do mercado interno; depende de medidas que protegem a indústria nacional; desvalorização cambial; controles cambiais; taxas múltiplas de câmbio e tarifas aduaneiras.

### 3.3 Desmonte das políticas agrícolas

Compreender a formação do Estado contemporâneo brasileiro é uma tarefa complexa, visto que apesar de todo o discurso social democrático instaurado nos últimos anos, o Estado brasileiro ainda é permeado por muitos traços tradicionalistas que elevam as práticas patrimonialistas, corporativistas e clientelistas, dificultando, assim, o estabelecimento de uma real cidadania. Entretanto, algumas ações empreendidas pelo espaço público-não estatal têm corroborado para a formação democrática brasileira.

Mais recentemente, a discussão sobre o meio rural e o desenvolvimento tem sido marcada pela superação de paradigmas nas mais diversas áreas, abrindo novas perspectivas e exigindo um esforço de reinterpretação da agricultura e da diversidade das atividades rurais, levando em consideração experiências com novas formas de produzir sustentavelmente na agricultura. Fundamentada nos exemplos de outros países que registram processos de recomposição dos espaços rurais, a partir da década de 90 a discussão aponta reiteradamente para o estudo das potencialidades, ressignificação e renascimento do “mundo rural”, através do estudo dos atores sociais e seus territórios; uma discussão que envolve a agricultura familiar, inicialmente no campo político, posteriormente acadêmico, trazendo à tona novamente a discussão acerca do setor rural e o desenvolvimento, agora num caráter não estritamente agrícola, mas levando em conta as relações sociais e econômicas e os envolvidos nestas relações (MERA, 2011).

Pensando ainda no contexto da territorialização das políticas públicas de desenvolvimento rural, o governo federal criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), sob a responsabilidade do SDT/MDA, que utiliza o recorte territorial para a elaboração/efetivação de seus projetos. Os objetivos a serem alcançados com a utilização desse enfoque político territorial são: a) fortalecer a gestão social e a formar redes de cooperação social; b) dinamizar a economia dentro dos territórios rurais, e; c) articular instituições (LEITÃO, 2009).

O orçamento de capital não deve fomentar investimentos públicos rivais, mas complementares aos investimentos da iniciativa privada. Deve-se promover a complementaridade entre as iniciativas privada e pública sendo que essas últimas, *par excellence*, devem funcionar como indutoras das primeiras e, assim, como estabilizadoras das flutuações cíclicas do sistema econômico. Além disso, as expectativas dos agentes são o fator desestabilizador do sistema e que, portanto, é sobre elas que atuará a política fiscal de gasto com investimento. Tão claro deve ser isso que Keynes elabora a noção de orçamento de

capital para que o investidor produtivo tenha a atuação estatal compromissada consigo (CARVALHO, 1999).

Conforme Avelãs Nunes (2011), um elemento importante resultante do processo de desnacionalização, qual seja, a criação de agências reguladoras (entidades reguladoras independentes). O autor conceitua tais organizações como resultado de um preconceito ideológico contra o Estado, que o percebe como incapaz de exercer uma função de protagonismo em termos de economia (o que justifica as privatizações), bem como de regular o exercício das atividades delegadas. Nesse sentido, denuncia que a concepção de “economia de mercado regulada” é uma máscara do neoliberalismo, que enseja o esvaziamento do estado social e operacionaliza o ideal de intervenção estatal mínima e separação profunda entre política e economia (substituindo o Estado na função reguladora).

A relação entre Estado e mercado/economia é balizada por duas compreensões antagônicas desse fenômeno, quais sejam, o liberalismo e o intervencionismo. Disso advieram, respectivamente, os Estados liberal e social. O primeiro teve como princípio a intervenção mínima na esfera econômica, deixando aos atores puramente econômicos a atuação no mercado – apostando na existência de uma “mão invisível” reguladora da economia, tal como se esta fosse capaz de se “autorregulamentar” –, ao passo que o segundo entende ser imprescindível a intervenção do Estado com o intuito primordial de assegurar a prática dos direitos sociais (CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011).

O processo de globalização econômica fomenta a criação de relações cada vez mais complexas e profundas de interdependências entre economias nacionais. A globalização econômica, portanto, é caracterizada pela expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, pelo acirramento da concorrência nos mercados internacionais e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. (GONÇALVES, 1999). Desse modo, a globalização econômica, notadamente em razão da elevada integração entre os sistemas econômicos nacionais e do aumento dos fluxos de capitais, provoca perda na capacidade de resistência dos Estados perante fatores econômicos externos, como, por exemplo, mudanças nos fluxos de investimento e do comércio internacional.

No período 2007-2013 o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) destinou volume maior de recursos aos projetos de desenvolvimento local. Por sua vez, as experiências de desenvolvimento local associadas aos espaços rurais, passaram a receber a abordagem territorial, em virtude de reconhecerem o caráter multifuncional dos espaços rurais; de serem estabelecidas com base nas co-relações de forças existentes nos territórios; e; por valorizarem a participação dos atores sociais. (HESPANHOL, 2008).

Avelãs Nunes (2011) descreve um elemento importante resultante do processo de desnacionalização, qual seja, a criação de agências reguladoras (entidades reguladoras independentes). Para o autor, tais organizações são o resultado de um preconceito ideológico contra o Estado, que o percebe como incapaz de exercer uma função de protagonismo em termos de economia (o que justifica as privatizações), bem como de regular o exercício das atividades delegadas. Nesse sentido, denuncia que a concepção de “economia de mercado regulada” é uma máscara do neoliberalismo, que enseja o esvaziamento do estado social e operacionaliza o ideal de intervenção estatal mínima e separação profunda entre política e economia (substituindo o Estado na função reguladora).

As divergências históricas refletem, até a contemporaneidade, nas formas com que o Estado – e a esfera pública, de modo geral – tem se relacionado com o mercado e, conseqüentemente, no modo como o mercado financeiro tem influído nos processos de conquistas e perdas de direitos (CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011).

As formas de intervenção na agricultura sempre estiveram associadas à concepção do papel do Estado na economia. Assim durante o Estado desenvolvimentista o Brasil desenvolveu uma política agrícola bastante agressiva, que objetivava modernizar o setor, no sentido de elevar consideravelmente a produtividade dos fatores. Uma razoável transferência de recursos para as atividades produtivas agrícolas se operou, sob a forma de crédito subsidiado, conduzida pelo governo (SILVA et al., 2000).

Para o mesmo autor, durante os anos 1980 a estratégia de interferência nos mercados agrícolas foi revista com a crise da década anterior mostrando seus efeitos sobre as finanças públicas e o Estado, preocupado com a inflação e com o financiamento de seu déficit, procurou atuar mais na estabilidade dos preços agrícolas e transferir para o setor privado o fornecimento de fundos para a agricultura. Nessa conjuntura prosperaram sugestões de usar as *commodities* agrícolas tanto para garantir as operações convencionais de crédito quanto para captar recursos dos investidores nos mercados de ativos.

### **3.4 As fontes de financiamento**

O setor agroexportador é compreendido como o mais representativo e dinâmico da economia, já que os demais sofriam com uma reduzida rentabilidade, e para agravar ainda mais, os poucos recursos disponíveis eram direcionados ao setor agroexportador, resultando assim numa concentração de renda e propriedade. A agricultura destinada ao mercado interno

tinha um caráter secundário, não tendo nenhum aparo oficial, e somente se beneficiava quando ocorriam crises no setor exportador.

Com a dependência da exportação destes poucos produtos primários, e estes variando conforme os preços internacionais, a economia brasileira sofria uma exposição a esta elevada vulnerabilidade externa. Tavares (2010, p. 69) classificou esta estrutura como um modelo de desenvolvimento voltado para fora.

Os financiamentos da atividade agropecuária possuem origem em recursos da iniciativa privada e por recursos oficiais do crédito rural. Anualmente, são disponibilizados pelo governo os montantes a serem aplicados na atividade. As linhas de crédito divulgadas atendem aos pequenos, médios e grandes produtores.

Massuqueti (1998) menciona que a estratégia de desenvolver o setor agropecuário através do crédito rural foi eficaz até o final da década de 1970, quando ocorrem os esgotamentos do fluxo da poupança externa, da crise da dívida externa, da redução da poupança do setor público e do processo inflacionário. Até este momento, o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tinha um caráter secundário, enquanto no início da década de 1980 passou a desempenhar um papel mais efetivo no processo dos financiamentos agropecuários. Neste período inicia um novo padrão de financiamento rural, baseado em recursos captados no mercado (Caderneta de Poupança Rural, Fundos Constitucionais, Depósitos Interfinanceiros Rurais – DIR, Recursos Externos, Fundos de *Commodities* dentre outros).

De acordo com Massuqueti (1998), as fontes de recursos alternativas possuem encargos financeiros mais elevados em comparação com os recursos oficiais, que normalmente são utilizados pela agricultura empresarial, a qual possui uma maior aptidão para suportar esta situação.

Apesar da industrialização, ou por causa dela, esse sistema apresentou várias consequências, entre as quais: a desigualdade da modernização entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Segundo (SILVA, 1996, p.45), “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.”

### **3.5 Custos de produção**

A modernização da agricultura é fruto do processo histórico de desenvolvimento do modelo produtivo capitalista no setor agropecuário na economia brasileira a partir de 1975,

sendo resultado, de um lado, da ação do Estado, a partir das políticas agrícolas e agrárias adotadas, e de outro, pela própria atuação das instituições e organizações de interesse dos próprios produtores, o que constitui uma iniciativa dirigida por fatores externos à atividade (MESQUITA; MENDES 2009).

O custo de produção do setor agrícola é influenciado por vários fatores tais como o clima, tipo de cultura, genética desenvolvida e principalmente encargos pagos decorrentes do financiamento obtido junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural. Com a mudança da política econômica, a partir da década de oitenta, o Estado foi obrigado a disponibilizar aos agentes financeiros uma quantia de recursos cada vez menor para o plantio e comercialização dos produtos agropecuários com a cobrança de taxas de juros semelhantes às existentes no mercado. Essas medidas levarão o setor agrícola brasileiro, adoção de uma tecnologia moderna, especialização da mão-de-obra, redução e racionalização dos custos de produção agrícola. AS empresas agrícolas podem utilizar as formas desenvolvidas para redução e controle dos custos sem ferir os princípios e critérios técnicos (RIBEIRO, 2004).

Em qualquer empreendimento rural, a primeira questão que se coloca é qual ou quais serão os produtos a serem produzidos e em quais quantidades, tendo em vista os recursos disponíveis e o retorno desejado. Participam dessa decisão diversos fatores que podem ser alinhados segundo suas principais vertentes: características dos recursos disponíveis e condições de mercado. As informações sobre os custos de uma cultura são de fundamental importância para o agricultor dentro de qualquer atividade produtiva (SILVA; LOPES, 2008).

Conforme Belulke e Bertó (2004, p. 29):

A elaboração ou levantamento dos Custos de Produção de uma propriedade rural varia de uma propriedade para outra, dependendo exclusivamente das atividades que se desenvolvem dentro delas e das peculiaridades de cada uma, tais como recursos humanos, maquinários e materiais diversos.

Nesse contexto as informações são de essencial valor para as tomadas de decisões, principalmente no setor rural, já que os preços são definidos pelas forças de oferta e demanda do produto, sendo que cada produtor individualmente não influencia sobre o preço, neste caso os preços são repassados aos agricultores, tornando ainda mais relevante o controle dos custos como instrumento de obtenção de rentabilidade (SILVA; LOPES 2008).

Conforme os mesmos autores, uma das principais ferramentas que o administrador possui é procurar por todos os meios, reduzir os seus custos de produção, os quais são representados pelos custos de utilização dos insumos, mão-de-obra e máquinas. Em relação

aos custos, os mesmos são divididos em variáveis e fixos: o primeiro mostra os custos com sementes, fertilizantes, defensivos, transportes e diesel que são variáveis, e o segundo custos com manutenções de maquinários, seguro e mão de obra sendo considerado fixo.

O custo de produção inclui os gastos com administração de produção, departamento de programação e controle, almoxarifado de matérias-primas e demais materiais, além do pessoal aplicado na produção, as depreciações dos equipamentos e outras amortizações de investimentos. A apuração do custo da produção em uma empresa agrícola segue alguns dos processos utilizados em uma empresa industrial qualquer, observando algumas particularidades inerentes ao tipo de atividade (RIBEIRO, 2004).

De acordo com Martin et al. (1994) para se utilizar os custos é necessário dispor de informações que devem ser levantadas previamente e incorporadas na base de dados, sendo que no caso dos preços, eles necessitam ser atualizados de acordo com o interesse das estimativas dos custos de produção.

Dentre as particularidades aparecem: o crescimento natural da produção, que deverá ser de alguma forma, avaliado e considerado na apuração dos custos; se desenvolve a céu aberto, muitas vezes em grandes extensões de terra, o distanciamento dos trabalhadores e dos administradores durante a jornada de trabalho; em vista de se desenvolver a céu aberto está vulnerável a mudanças climáticas; não é contínua durante o ano variando em função da estação, que propicia o tipo de cultura a ser desenvolvida; predomina o trabalho manual sobre o mecanizado, exceto em grandes culturas onde o aparelhamento mecânico e a utilização de máquinas resulta em economia; apresenta dificuldades quanto a controles mecânicos e automático do rendimento de cada tarefa desempenhada. (RIBEIRO, 2004).

Além do exposto, o autor descreve a relação custo/benefício de se manter controles mais complexos em busca de informações mais precisa deve ser sempre considerada por outro lado a necessidade de controles, por mais simples que pareçam ser, torna-se fator imprescindível quando se tratar de valorização dos estoques agrícolas

Segundo Richetti (2007), o conhecimento e o acompanhamento dos custos de produção dentro da propriedade são alguns dos quesitos mais importantes para o produtor rural. Ao ignorar o que está acontecendo com os custos, o produtor não saberá se está efetivando ou não os lucros e tampouco terá subsídios para tomar decisões acertadas e atingir os melhores resultados.



### **3.6 Novos instrumentos de financiamentos agrícolas e o debate sobre o desenvolvimento rural**

Com relação à dinâmica de comercialização, a necessidade de determinada matéria-prima na indústria de transformação poderá fazer com que ocorra a ampliação do número de contratos entre os elos na cadeia produtiva. Um dos fatores que poderá tornar estes contratos mais frequentes é a identificação, por parte da indústria moageira e de transformação, de quais são as exigências em relação à matéria-prima. Com a ampliação do número de produtos na cadeia produtiva do trigo, as indústrias de transformação demandam matéria-prima com determinadas características, abrindo espaço para contratos de fornecimento, vinculando a produção diretamente com a agroindústria, aumentando a integração da cadeia produtiva e tornando-a mais competitiva (BRUM; MULLER, 2008).

Conforme ressalta Melo (2011), o complexo rural brasileiro era caracterizado essencialmente pela incipiente divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, sendo que as atividades eram direcionadas para o suprimento do mercado externo com alguns produtos agropecuários, tais como a borracha, o açúcar e o café.

Quanto a isso, Graziano da Silva afirma que:

[...] as necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte com o deslocamento da produção de café do Oeste, bem como a necessidade de novas máquinas e equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos (sacos de juta, por exemplo) fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda de café atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc., atividades que foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 8)

Além do direcionamento das atividades para a produção de um determinado produto, visando o mercado externo, as unidades produtivas tinham que produzir também todos os bens intermediários e os bens necessários à produção de tal produto, bem como garantir a reprodução da própria força de trabalho envolvida nessas atividades (MELO, 2011).

Diante disso, a lógica interna dessas unidades era simples e se interligava as oscilações da demanda externa ao produto da fazenda e “se seu preço estivesse bom, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 07). Além disso, o mesmo autor explica que “se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram

deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva”.

A expansão da agricultura “moderna” ocorreu concomitante à constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são carregadas de desigualdades e privilégios. (BALSAS, 2006).

De acordo com Nascimento *et al.* (2007), o Governo Federal tem uma atuação muito forte no crédito rural no Brasil, sendo a principal fonte de recursos para o financiamento de toda a produção agropecuária nacional. Direcionado para produtores de médio e grande porte, o crédito rural serviu para viabilizar, ao longo de mais de duas décadas, uma intensa mudança tecnológica na agricultura brasileira, ao qual se associaram processos de concentração da propriedade da terra e da renda (NASCIMENTO *et al.*, 2007).

Por sua vez, Graziano da Silva (1999) refere que, em relação à modernização, esta ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo. Dessa forma, não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais

Diante disso, como explica Balsas (2006), a modernização da agricultura no Brasil, por ter sido progressiva e pontual, possibilitou diferenças estruturais no espaço rural, principalmente de produção. Ou seja, os produtos mais valorizados, de exportação, permitiram um processo de modernização do país e seu crescimento econômico mais rápido ocorreu em alguns locais, considerados, à época, os principais centros econômicos.

Considerando que os diferentes tipos de cultivares existentes no mercado apresentam grande variação, tanto no custo da semente como no seu potencial produtivo, é evidente que na escolha da cultivar deverá ser considerado o sistema de produção que será adotado pelo agricultor. De nada adianta o uso de uma semente de alto potencial produtivo e de maior custo se o manejo e as condições de fertilidade da lavoura não permitem que a semente expresse o seu potencial genético (RIVERA, 2006).

Para Rezende (2006), o governo tem um papel bastante importante no campo de estímulo às exportações, que vão desde melhorias nas políticas comerciais, na infraestrutura, do sistema tributário, até nas políticas de promoção às exportações, como o financiamento.

Portanto o Estado deve ser um agente observador do processo competitivo externo e deve ter um papel preponderante no jogo da competitividade externa, justificando assim uma forte presença quanto a políticas de promoção de exportações e financiamentos.

Como explica Navarro (2001), as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização. O mesmo autor afirma que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento.

No atual programa de industrialização, Rezende (1999) menciona que ao setor privado coube direcionar esforços para ampliar a produção de bens de consumo, onde o setor industrial captou recursos antes direcionados a atividade agrícola, multiplicando o número de fábricas e diversificando o setor.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo, considerados os dados das tabelas e a literatura pertinente, faz-se análise dos dados demonstrados nas tabelas quanto aos financiamentos agrícolas, os custos de produção, a produção de grãos, sendo ainda avaliada cada uma das culturas propostas no estudo, ou seja, a soja, o milho e o trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS.

### **4.1 Financiamentos totais dos municípios do COREDE Alto Jacuí/RS**

Nos financiamentos totais estão considerados os valores liberados para todas as modalidades de crédito rural – custeio, investimento ou comercialização – bem como as operações liberadas a cooperativas agropecuárias para repasses a seus cooperados.

Silva (2012) apresenta os cinco modelos de financiamento observados na cadeia de grãos do Brasil - i) crédito bancário, ii) cooperativas de crédito, iii) compra de insumos com pagamento a prazo, iv) venda antecipada da produção e v) operação de troca. O autor explica que os modelos de crédito agrícola comercial privado ou não-oficial apresentam taxas de juros superiores às linhas de crédito agrícola oficial, repassadas por bancos comerciais e cooperativas de crédito.

Em todos os municípios do COREDE Alto Jacuí, no período dos cinco anos analisados, os financiamentos totais tiveram uma evolução significativa, em que a média de evolução dos financiamentos, quando comparados os anos de 2008 e 2012, foi de 201%, conforme as Tabelas 1 e 2.

Dos quatorze municípios analisados, seis tiveram evoluções superiores a média, enquanto oito evoluíram abaixo da média. O município com maior evolução foi Salto do Jacuí (283%), seguido por Santa Bárbara do Sul (259%), Boa Vista do Cadeado (227%), Boa Vista do Incra (220%), Fortaleza dos Valos (209%) e Cruz Alta (202%). Os municípios que tiveram uma evolução abaixo da média foram Não-Me-Toque (192%), Colorado (191%), Lagoa dos Três Cantos (191%), Quinze de Novembro (191%), Saldanha Marinho (183%), Tapera (182%), Ibirubá (181%) e Selbach (172%).

Tabela 1 – Evolução dos Financiamentos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	24.409,88	25.668,85	26.703,72	38.847,66	55.488,36
Boa Vista do Incra	18.796,37	20.126,83	27.563,45	37.739,42	41.407,74
Colorado	19.368,43	23.534,86	19.114,94	39.880,91	37.080,21
Cruz Alta	236.582,30	260.685,42	335.554,90	462.511,96	477.478,23
Fortaleza dos Valos	35.931,19	32.183,95	36.628,83	54.376,75	74.933,69
Ibirubá	108.475,67	91.058,76	85.874,55	140.716,32	195.916,82
Lagoa dos Três Cantos	8.333,24	8.790,33	9.209,03	12.897,91	15.877,72
Não-Me-Toque	110.712,26	111.359,86	135.024,97	167.028,07	212.053,37
Quinze de Novembro	12.308,90	11.596,65	12.546,79	16.456,18	23.476,72
Saldanha Marinho	12.018,99	12.220,13	13.113,56	18.512,63	21.960,86
Salto do Jacuí	22.060,42	23.744,60	32.951,28	36.057,65	62.405,09
Santa Bárbara do Sul	51.162,19	52.721,36	76.404,54	102.856,48	132.585,10
Selbach	18.186,32	22.601,87	21.305,73	22.020,52	31.316,67
Tapera	89.115,99	84.961,42	99.954,35	120.580,11	161.774,06
Total	767.462,15	781.254,89	931.950,65	1.270.482,57	1.543.754,65

Fonte: Dados do BACEN (2013).

Tabela 2 – Evolução dos Financiamentos na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	105,16%	109,40%	159,15%	227,32%
Boa Vista do Incra	100,00%	107,08%	146,64%	200,78%	220,30%
Colorado	100,00%	121,51%	98,69%	205,91%	191,45%
Cruz Alta	100,00%	110,19%	141,83%	195,50%	201,82%
Fortaleza dos Valos	100,00%	89,57%	101,94%	151,34%	208,55%
Ibirubá	100,00%	83,94%	79,16%	129,72%	180,61%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	105,49%	110,51%	154,78%	190,53%
Não-Me-Toque	100,00%	100,58%	121,96%	150,87%	191,54%
Quinze de Novembro	100,00%	94,21%	101,93%	133,69%	190,73%
Saldanha Marinho	100,00%	101,67%	109,11%	154,03%	182,72%
Salto do Jacuí	100,00%	107,63%	149,37%	163,45%	282,88%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	103,05%	149,34%	201,04%	259,15%
Selbach	100,00%	124,28%	117,15%	121,08%	172,20%
Tapera	100,00%	95,34%	112,16%	135,31%	181,53%
Total	100,00%	101,80%	121,43%	165,54%	201,15%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No ano de 2009, os financiamentos totais (tab. 2) evoluíram apenas 1,8%, sendo que quatro municípios tiveram redução nos valores liberados quando comparado com as liberações ocorridas no ano de 2008. Ibirubá, que liberou 83,94% do montante liberado em 2008, seguido de Fortaleza dos Valos (89,57%), Quinze de Novembro (94,21%) e Tapera (95,34%). Destacaram-se no ano de 2009 os municípios de Selbach (124,28%) e Colorado (121,51%), enquanto os demais municípios liberaram entre 100,58% (Não Me Toque) e 110,91% (Cruz Alta).

No ano de 2010, o município de Ibirubá teve uma nova retração nos financiamentos, sendo que neste ano liberou 79,16% do total liberado em 2008. Fortaleza dos Valos (101,94%) e Quinze de Novembro (101,93%) voltaram aos patamares dos financiamentos de 2008, enquanto que Tapera (112,16%) conseguiu a melhor evolução dos quatro municípios que apresentaram redução no ano de 2009. As melhores evoluções no ano de 2010 ficou por conta de Salto do Jacuí (149,37%), seguido por Santa Bárbara do Sul (149,34%), Boa Vista do Incra (146,64%) e Cruz Alta (141,83%).

No ano de 2011, verificou-se que a média dos financiamentos totais ficou em 165,54%, quando comparado com 2008. Neste ano, quatro municípios se destacaram nas evoluções, liberando próximo a 200% – Colorado (205,91%), Santa Bárbara do Sul (201,04%), Boa Vista do Incra (200,78%) e Cruz Alta (195,50%). Seis municípios evoluíram perto da média, porém não conseguiram alcançar este patamar – Salto do Jacuí (163,45%), Boa Vista do Cadeado (159,15%), Lagoa dos Três Cantos (154,78%), Saldanha Marinho (154,03%), Fortaleza dos Valos (151,34%) e Não-Me-Toque (150,87%). Apesar de terem liberado mais valores que o ano de 2010, quatro municípios ainda contrataram financiamentos bem abaixo da média: Selbach (121,08%), Ibirubá (129,72%), Quinze de Novembro (133,69%) e Tapera (135,31%).

No último ano analisado (2012), os financiamentos totais superaram o dobro do ano de 2008 (201,15%), com destaques para os municípios de Salto do Jacuí (282,88%), Santa Bárbara do Sul (259,15%), Boa Vista do Cadeado (227,32%) e Boa Vista do Incra (220,30%). Fortaleza dos Valos (208,55%) ficou próximo da média, juntamente com o município de Cruz Alta (201,82%). Oito municípios ficaram abaixo da média, sendo Não-Me-Toque (191,54%), Colorado (191,45%), Quinze de Novembro (190,73%), Lagoa dos Três Cantos (190,53%), Saldanha Marinho (182,72%), Tapera (181,53%), Ibirubá (180,61%) e Selbach (172,20%).

## 4.2 Financiamentos para custeio de soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS

Investimentos em qualquer atividade econômica é sempre a primeira conta a ser cortada. A manutenção do nível de investimentos atingidos em 2012 indica que houve liquidez na agropecuária gaúcha apesar da estiagem, porque as medidas anticíclicas que visavam reequacionar o passivo de fato funcionaram (FARSUL, 2013).

Como relata estudo de Chiapa (2001), no Brasil, a soja chegou com os primeiros imigrantes japoneses em 1908 e sua expansão ocorreu nos anos 70, com o interesse crescente da indústria de óleo e a demanda do mercado internacional.

O cultivo da soja no Brasil teve nos anos 1960 e 1970 um grande incremento na sua produção, baseado principalmente no aumento de área e nos índices de produtividade conseguidos pela mecanização das lavouras e pelo desenvolvimento de técnicas de cultivo obtidas através de incentivos governamentais; como subsídios e crédito agrícola com baixas taxas de juros e condições facilitadas de pagamentos, transformando a cultura da soja em uma das principais geradora de renda, sendo a primeira da pauta de exportação do país (CHIAPA, 2001).

A soja vem sendo uma das culturas que apresentaram crescimentos mais expressivos no cultivo e no segmento agroindustrial na segunda metade do século XX no Brasil, o que justifica sua importância econômica para o país (BARBOSA; ASSUMPCÃO, 2001).

Conforme Chiapa (2001), com bons preços, liquidez e forte mercado interno e externo, a soja ganhou rapidamente a adesão dos produtores, viabilizando a implantação de indústrias de óleo, fomentou o mercado de sementes e deu estabilidade à exploração econômica das terras onde antes só existiam matas e cerrados. Então, o interesse do Governo brasileiro pela expansão na produção da soja para atender à indústria fez com que a leguminosa ganhasse cada vez mais incentivos oficiais. A boa adaptação da soja nas terras do Sul do país e a crescente demanda dos mercados internos e externo deram estabilidade aos preços do produto no mercado, o que incentivou o aumento de área.

Nos anos 1980 houve um declínio dos incentivos governamentais, principalmente pelo fim dos subsídios agrícolas com diminuição do volume e dificuldade de acesso ao crédito, esta redução não refletiu diretamente na produção, porém, nestas duas últimas décadas não houve grandes aumentos da produção nem da produtividade comparadas a grande explosão da cultura nos anos 1970. O fim destes fez com que os produtores buscassem outras formas de custear suas lavouras, as dificuldades para conseguir outras formas de

recursos e a competitividade externa baixaram consideravelmente a renda dos agricultores causando grande descapitalização dos mesmos, afetando principalmente os pequenos produtores (CHIAPA, 2001).

Segundo Mera (2011), pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e agricultura de subsistência, que após, num segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja.

De acordo com Marx (1997), particularmente no município de Ibirubá, primeiro ocorreu a expansão do trigo e a partir da década de 70, houve a exploração das lavouras de soja, abandonando-se outras culturas e, inclusive, o gado leiteiro. Praticamente houve a dedicação exclusiva à soja, não havendo a diversificação de culturas. Neste período, era intensamente incentivado o seu cultivo pelas multinacionais, pois o grão destinava-se à exportação; também incentivado pelas indústrias de implementos agrícolas.

No final dos anos 1990 o próprio direcionamento do processo de modernização trouxe algumas tendências que orientaram o tipo de tecnologia que deveria ser utilizada e o processo de modernização foi moldado à estrutura rural existente buscando a aceleração do emprego de técnicas mais modernas visando à competitividade, beneficiando não só os produtores, mas também todo complexo agroindustrial devido ao aumento de produção e exportação (CHIAPA, 2001).

Para a mesma autora, no começo de 2000, apoiado pelos serviços nacionais de pesquisa, ensino e extensão, o Brasil ocupa lugar de destaque no cenário do agronegócio mundial do complexo da soja, como grande produtor e exportador, tendo características de grandes propriedades constituindo-se na maior cultura nacional em termos de área. Para alavancar esta produção, surgem novas possibilidades de financiamento como a negociação em mercados futuros nas bolsas de mercadorias, onde o produtor vende antecipadamente sua produção gerando recursos para a condução da lavoura.

A insuficiência da oferta agrícola mundial, aliada ao aumento dos preços agrícolas, sobretudo a partir da crise de 2008, e aos ganhos de produtividade e competitividade da agricultura brasileira, contribuiu para assegurar sua crescente inserção no mercado internacional e consolidar o status desfrutado pelo país, como sendo um dos principais produtores e exportadores mundiais de produtos agrícolas (MAPA, 2012).

Na região do Alto Jacuí, a soja foi o produto que mais se destacou no desenvolvimento agrícola regional, desde a segunda metade do século XX. Segundo Zamberlam (1989), em 1950 Cruz Alta possuía uma produção inexpressiva de 117 toneladas



em 1.851 hectares, no entanto de 1950 a 1960 teve um acréscimo significativo de 1.299% e na década seguinte este percentual aumentou para 2.507%, o que representava praticamente 70% da área de cultivo de verão, plantados em 151.724 hectares.

Assim, o significado dado à terra na região do Alto Jacuí, neste período, variou na medida em que a área sofreu mudanças políticas, sociais e econômicas. Segundo Rahmeier (2006), de bem inalienável, que conferia *status* e poder, a terra tornou-se um bem cujo valor de uso e de troca passou a ser auferido de acordo com as relações capitalistas que se consolidavam no campo.

Para criar uma maior renda e maior demanda agregada é importante que se aumentem os Financiamentos de Custeio de Lavouras de soja pelas Instituições Financeiras (CASTRO; CASTRO, 2005). Normalmente os custos financeiros das operações de crédito formalizadas em Instituições Financeiras são menores em relação aos custos financeiros de empresas privadas.

As operações destinadas ao custeio de soja na região do COREDE Alto Jacuí evoluíram a cada ano, conforme se pode observar na Tabela 3, no ano de 2008 o total das liberações somavam R\$ 148,7 milhões, passando a R\$ 168,6 milhões em 2009, R\$ 181,7 milhões em 2010, R\$ 235,9 milhões em 2011 e atingindo o maior volume em 2012 com R\$ 262,5 milhões.

Tabela 3 – Evolução dos valores totais liberados para o custeio da cultura da soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS de 2008 a 2012 (Em R\$ mil)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	10.489,94	12.879,67	13.996,94	21.803,91	23.800,51
Boa Vista do Incra	9.152,77	10.767,60	11.241,80	15.291,13	18.382,65
Colorado	6.922,46	6.881,53	6.584,32	10.591,45	10.872,60
Cruz Alta	36.527,35	36.777,69	42.315,02	56.886,77	56.566,90
Fortaleza dos Valos	15.970,08	15.189,09	17.512,29	24.494,92	24.156,20
Ibirubá	13.934,80	13.029,21	13.933,48	17.824,85	19.676,28
Lagoa dos Três Cantos	2.419,48	2.381,42	2.473,03	4.000,20	5.809,42
Não-Me-Toque	5.866,95	16.017,20	18.876,54	7.756,16	7.192,70
Quinze de Novembro	3.943,24	3.863,67	3.531,84	4.771,71	4.042,74
Saldanha Marinho	4.780,12	4.596,17	4.676,47	6.173,51	7.580,13
Salto do Jacuí	9.406,82	11.424,24	10.959,76	13.791,96	20.095,93
Santa Bárbara do Sul	22.127,29	27.086,48	28.074,30	42.892,19	45.543,31
Selbach	3.698,92	3.533,78	3.563,60	4.391,62	6.033,94
Tapera	3.446,66	4.136,01	3.917,40	5.252,72	12.767,42

Total	148.686,88	168.563,75	181.656,80	235.923,09	262.520,75
-------	------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Dados do BACEN (2013).

Observa-se na Tabela 4 que as liberações totais para o custeio da cultura da soja, sempre comparando com o ano de 2008, foram de 113,37% em 2009, 122,17% no ano de 2010, 158,67% em 2011 e 176,56% no ano de 2012.

Na produção, o custo mede a renúncia ao emprego dos recursos produtivos (homens e máquinas, entre outros, além de outros usos alternativos melhores. Assim, o custo total de produção pode ser definido como o total das despesas realizadas pela firma com a combinação mais econômica dos fatores, por meio da qual é obtida determinada quantidade do produto (VASCONCELOS; GARCIA, 2004).

Ao se falar em custos, é relevante definir os conceitos em termos econômicos. O custo econômico considera os custos explícitos, que se referem ao desembolso efetivamente realizado, e os custos implícitos que dizem respeito àqueles para os quais não ocorrem desembolsos efetivos, como é o caso da depreciação e do custo de oportunidade, que se refere ao valor que um determinado fator poderia receber em algum uso alternativo (CASTRO; CASTRO, 2005).

Para Vasconcelos e Garcia (2004), os custos de produção são divididos em dois tipos. Os custos variáveis totais (CVT) são a parcela dos custos totais que dependem da produção e por isso mudam com a variação do volume de produção. Representam as despesas realizadas com os fatores variáveis de produção. Na contabilidade empresarial, são chamados de custos diretos.

Outros fatores importantes que impactam os custos de produção são os encargos de depreciação, de amortização e de exaustão dos recursos utilizados na produção. Mesmo sendo classificados como custos fixos, são componentes do custo total que influenciam tomadas de decisão das empresas (OLIVEIRA NETO et al., 2008).

No mesmo sentido, a análise de Rohleder (2003, p. 71) aponta que a estruturação de uma “nova matriz produtiva” estabelece uma interface superficial com a sociedade e as instituições regionais, pois a região organiza-se movida por estímulos externos e suas instituições estabelecem um elo com a modernização concebida como processo aquisitivo, como se fosse possível estabelecer o estágio do desenvolvimento incorporando apenas técnica e capital, dicotomizando a sociedade regional, numa lógica de reprodução baseada no desenvolvimento na sua visão tradicional (crescimento econômico), sendo menos aberta à formulação de novas concepções acerca do desenvolvimento regional.

Tabela 4 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura da soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS  
(Em %)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	122,78%	133,43%	207,86%	226,89%
Boa Vista do Incra	100,00%	117,64%	122,82%	167,07%	200,84%
Colorado	100,00%	99,41%	95,12%	153,00%	157,06%
Cruz Alta	100,00%	100,69%	115,84%	155,74%	154,86%
Fortaleza dos Valos	100,00%	95,11%	109,66%	153,38%	151,26%
Ibirubá	100,00%	93,50%	99,99%	127,92%	141,20%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	98,43%	102,21%	165,33%	240,11%
Não-Me-Toque	100,00%	273,01%	321,74%	132,20%	122,60%
Quinze de Novembro	100,00%	97,98%	89,57%	121,01%	102,52%
Saldanha Marinho	100,00%	96,15%	97,83%	129,15%	158,58%
Salto do Jacuí	100,00%	121,45%	116,51%	146,62%	213,63%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	122,41%	126,88%	193,84%	205,82%
Selbach	100,00%	95,54%	96,34%	118,73%	163,13%
Tapera	100,00%	120,00%	113,66%	152,40%	370,43%
Totais	100,00%	113,37%	122,17%	158,67%	176,56%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No ano de 2009, observa-se que 7(sete) municípios liberaram menos valores destinados ao custeio da soja – Ibirubá (93,50%), Fortaleza dos Valos (95,11%), Selbach (95,54%), Saldanha Marinho (96,15%), Quinze de Novembro (97,98%), Lagoa dos Três Cantos (98,43%) e Colorado (99,41%). Apesar de ter liberado 100,69% em 2009, Cruz Alta ainda ficou abaixo da média (113,37%). Dos municípios analisados, o destaque em liberações foi Não-Me-Toque, cujas liberações atingiram 273,01%, seguido de Boa Vista do Cadeado (122,78%), Santa Bárbara do Sul (122,41%), Salto do Jacuí (121,45%), Tapera (120,00%) e Boa Vista do Incra (117,64%).

No ano de 2010, 2(dois) municípios reduziram ainda mais suas liberações – Quinze de Novembro (89,57%) e Colorado (95,12%). Apesar de terem aumentado um pouco os volumes liberados, 3 municípios ainda não atingiram o montante das liberações realizadas no ano de 2008 – Selbach (96,34%), Saldanha Marinho (97,83%) e Ibirubá (99,99%). Outros 5 municípios, apesar de terem superados os volumes liberados em 2008, ficaram abaixo da média (122,17%) – Lagoa dos Três Cantos (102,21%), Fortaleza dos Valos (109,66%), Tapera (113,66%), Cruz Alta (115,84%) e Salto do Jacuí (116,51%). Neste ano, 4 municípios

realizaram liberações acima da média, com destaque novamente para o município de Não-Me-Toque (321,74%), seguido por Boa Vista do Cadeado (133,43%), Santa Bárbara do Sul (126,88%) e Boa Vista do Incra (122,82%).

Em 2011, a média das liberações foi de 158,67% quando comparadas a 2008, sendo que 10 municípios ficaram abaixo deste patamar, apesar de terem liberados maiores volumes que 2008 – Selbach (118,73%), Quinze de Novembro (121,01%), Ibirubá (127,92%), Saldanha Marinho (129,15%), Não-Me-Toque (132,20%), Salto do Jacuí (146,62%), Tapera (152,40%), Colorado (153,00%), Fortaleza dos Valos (153,38%) e Cruz Alta (155,74%). Os quatro municípios que superaram a média foram Boa Vista do Cadeado (207,86%), Santa Bárbara do Sul (193,84%), Boa Vista do Incra (167,07%) e Lagoa dos Três Cantos (165,33%).

No último ano analisado (2012), observa-se que 8 municípios tiveram uma evolução inferior a média (176,56%) – Quinze de Novembro (102,52%), Não-Me-Toque (122,60%), Ibirubá (141,20%), Fortaleza dos Valos (151,26%), Cruz Alta (154,86%), Colorado (157,06%), Saldanha Marinho (158,58%) e Selbach (163,13%). O destaque neste ano ficou por conta do município de Tapera com 370,43%, seguido por Lagoa dos Três Cantos (240,11%), Boa Vista do Cadeado (226,89%), Salto do Jacuí (213,63%), Santa Bárbara do Sul (205,82%) e Boa Vista do Incra (200,84%).

Apesar dos custos de produção não apresentarem significativas altas, as quais podem ser observadas a seguir, os volumes das operações de crédito liberadas pelas instituições financeiras apresentaram variações positivas em todos os anos.

#### 4.2.1 Custos de produção da soja

Os produtores tendem cada vez mais a necessitar de fontes de financiamento, porque a cada dia as técnicas tornam-se ultrapassadas e existe uma competitividade a nível mundial devido à globalização da economia que afeta todas as áreas. Nesse contexto está incluído o setor agrícola, que necessita também de outros insumos, sem os quais a permanência no setor produtivo estará destinado ao fracasso. Esses insumos, sob o ponto de vista mais global, chama-se "informação" e sob o ponto de vista mais específico, dentro do setor produtivo, "tecnologia" (CHIAPA, 2001).

Como descreve Menegatti e Barros (2007), o produtor agrícola é, antes de tudo, um tomador de decisão e de preços, que procura entre os diversos processos e recursos produtivos

selecionar a melhor alocação de insumos, considerando aspectos como: o que, quanto e como produzir, que são pontos-chaves em qualquer processo produtivo.

Neves e Andia (2003) ressaltam a importância da determinação dos custos de produção, esclarecendo que seu mérito não se deve somente a um componente para a análise da rentabilidade da unidade de produção, mas também como parâmetro de tomada de decisão e de capitalização do setor rural. Além disso, os autores chamam atenção para o fato de que os custos de produção, dependendo para qual finalidade se destinam, podem adquirir diferentes aspectos.

Os mesmos autores acrescentam que para o produtor rural é um indicativo de sua administração, tanto das práticas como da cultura. Para o Governo, Instituições e Organizações servem como subsídio para tomada de decisões, como determinação de preços mínimos e disponibilidade de crédito para financiamento.

O custo de produção é uma estatística básica não somente para analisar a viabilidade de certo produtor, mas também para classificar o desempenho e eficiência da atividade frente à competitividade mundial (MENEGATTI; BARROS, 2007).

Conforme explicam os autores, o cálculo do custo de certa cultura busca estabelecer os custos de produção associados aos diversos padrões tecnológicos e preços de fatores em uso nas diferentes situações ambientais. Deste modo, o custo é obtido mediante a multiplicação da matriz de coeficientes técnicos pelo vetor de preços dos fatores (CONAB, 2002). Nesta formulação, o objetivo é a determinação do custo representativo de certa região por unidade de produto.

As informações consideradas no cálculo do Custo de Produção para a cultura da soja, incluíram os insumos utilizados para o plantio, desenvolvimento, colheita e transportes dos insumos e dos grãos colhidos.

Na Tabela 5 pode-se observar a evolução do custo de produção – por hectare cultivado – referente aos anos de 2008 a 2012. Como demonstrado na tabela, o maior custo de produção foi no ano de 2012, quando o valor foi de R\$ 924,28, enquanto em 2008 este valor era de R\$ 909,67. O menor valor apurado foi no ano de 2010 quando o custo somava R\$ 710,10, seguido por 2009 quando eram gastos R\$ 721,01 e em 2011 os gastos totais atingiam R\$ 798,96.

Estudo de Silva (2012), no segmento de “sementes”, resalta que o grau de número de fabricantes é “médio” e o grau de diferenciação de produto é “alta”, o que é determinado pelo material genético das cultivares. Nesse segmento, conforme os dados levantados, o grau de concessão de crédito aos produtores é “médio”. No segmento de “fertilizantes”, o grau de

número de fabricantes é “baixo”; o grau de diferenciação de produtos (macronutrientes) também é “baixo”. Nesse sentido, o fertilizante é um produto comoditizado. Com base nos dados levantados, identificou-se que o grau de concessão de crédito aos produtores nesse segmento é “baixo”. Já para o segmento de “defensivos”, o grau de número de fabricantes é alto, especialmente após a maior entrada de empresas de produtos denominados “genéricos”, também chamados no mercado de produtos de “segunda linha”. Como consequência desses fatores, o grau de concessão de crédito aos produtores nesse segmento é “alto”, segundo os dados levantados.

Tabela 5 – Custos de produção da soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Por hectare cultivado)

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>MÁQUINAS E IMPLEMENTOS</b>	R\$ 164,77	R\$ 157,57	R\$ 159,69	R\$ 160,56	R\$ 166,45
Combustíveis	R\$ 95,20	R\$ 88,91	R\$ 88,91	R\$ 89,81	R\$ 90,71
Lubrificantes	R\$ 8,12	R\$ 8,07	R\$ 7,73	R\$ 7,79	R\$ 9,53
Filtros	R\$ 5,85	R\$ 5,89	R\$ 5,89	R\$ 5,91	R\$ 6,13
Conservação e Reparos	R\$ 55,60	R\$ 54,70	R\$ 57,15	R\$ 57,04	R\$ 60,08
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	R\$ 89,07	R\$ 135,36	R\$ 143,38	R\$ 151,25	R\$ 161,92
Contratada	R\$ 89,07	R\$ 135,36	R\$ 143,38	R\$ 151,25	R\$ 161,92
<b>INSUMOS MODERNOS</b>	R\$ 594,90	R\$ 364,12	R\$ 342,35	R\$ 422,50	R\$ 522,99
Fertilizante-base	R\$ 392,60	R\$ 210,00	R\$ 207,50	R\$ 252,50	R\$ 310,00
Semente	R\$ 65,50	R\$ 62,50	R\$ 61,00	R\$ 100,00	R\$ 127,50
Defensivos	R\$ 136,80	R\$ 91,62	R\$ 73,85	R\$ 70,00	R\$ 85,49
<b>TRANSPORTE EXTERNO</b>	R\$ 48,68	R\$ 51,08	R\$ 51,14	R\$ 51,11	R\$ 59,38
Insumos	R\$ 5,63	R\$ 5,68	R\$ 5,70	R\$ 5,60	R\$ 6,38
Produção	R\$ 43,06	R\$ 45,40	R\$ 45,44	R\$ 45,51	R\$ 53,00
<b>BENEFICIAMENTO</b>	R\$ 12,23	R\$ 12,89	R\$ 13,54	R\$ 13,54	R\$ 13,54
<b>SOMA (A)</b>	R\$ 909,67	R\$ 721,02	R\$ 710,10	R\$ 798,96	R\$ 924,28

Fonte: Fecoagro RS, 2013.

Observa-se que os custos de produção apresentaram um recuo no segundo e no terceiro ano analisados, voltando a avançar no quarto e quinto anos, como está demonstrado na tabela 5.

#### 4.2.2 Área Cultivada de soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS

Na região do COREDE Alto Jacuí, são destinados por ano, aproximadamente, 400.000 hectares a cultura da soja. Como se pode observar na Tabela 6, os dois municípios que possuem a maior área da cultura são Cruz Alta, com mais de 85.000 hectares e Santa Bárbara do Sul, com mais de 65.000 hectares. Estes dois municípios respondem por aproximadamente 38% da área plantada com a cultura da soja na região estudada. Três municípios situam-se na faixa de 30.000 a 40.000 hectares, e cultivam em conjunto aproximadamente 27% da área plantada na região, sendo Ibirubá, com 39.500 hectares, Boa Vista do Cadeado com aproximadamente 36.000 hectares e Fortaleza dos Valos com 33.000 hectares. Outros três municípios, respondem por aproximadamente 17% da área de soja na região – Boa Vista do Incra, com aproximadamente 27.000 hectares, Não-Me-toque com pouco mais de 21.000 hectares e Salto do Jacuí com aproximadamente 20.000 hectares. Os outros seis municípios (Colorado, Saldanha Marinho, Tapera, Quinze de Novembro, Selbach e Lagoa dos Três Cantos) cultivam aproximadamente 70.000 hectares, equivalente a aproximadamente 18% da área de soja da região.

Tabela 6 – Área cultivada com soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em hectares)

<b>Município</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Boa Vista do Cadeado	36.400	36.400	37.240	36.940	36.750
Boa Vista do Incra	25.500	25.500	28.000	28.000	27.500
Colorado	17.000	15.000	15.500	16.000	15.300
Cruz Alta	80.000	80.000	82.500	86.500	86.500
Fortaleza dos Valos	31.200	32.050	33.050	33.350	33.450
Ibirubá	39.000	39.000	41.500	41.500	39.500
Lagoa dos Três Cantos	8.600	8.600	8.700	9.000	8.900
Não-Me-Toque	20.500	20.500	21.000	21.500	21.300
Quinze de Novembro	11.300	11.300	11.300	11.300	11.300
Saldanha Marinho	12.000	11.500	12.500	12.500	12.300
Salto do Jacuí	18.100	18.100	19.600	20.600	20.000
Santa Bárbara do Sul	64.000	64.000	67.000	67.000	66.000
Selbach	9.800	9.533	10.000	10.400	10.200
Tapera	11.300	11.160	12.160	12.160	11.800
<b>Total</b>	<b>384.700</b>	<b>382.643</b>	<b>400.050</b>	<b>406.750</b>	<b>400.800</b>

Fonte: IBGE (2009-2013)

Segundo informações da CONAB (2012), no Brasil, a cultura da soja está ganhando espaço a cada ano, partindo de 21,7 milhões de hectares em 2008, passando para 23,2 milhões de hectares em 2009, 24,0 milhões de hectares em 2010, 25 milhões de hectares em 2011 e atingindo 27,7 milhões de hectares em 2012.

Com relação ao consumo mundial de soja, a relação estoque consumo mundial diminuiu 7 pontos percentuais entre a safra 2010/2011 e a safra 2011/2012, passando de 27,93% para 20,46%, respectivamente; o quarto pior índice dos últimos 10 anos. Já na safra 2012/2013 esta relação permaneceu praticamente inalterada, ficando em 20,78%, afetando, assim, diretamente nos preços praticados internacionalmente, tanto em 2012 quanto em 2013 (CONAB, 2012).

Na região analisada, a cultura da soja teve um aumento de 384.700 hectares em 2008 para 400.800 hectares em 2012, sendo que este aumento representa 4,19% na região.

Nos cinco anos analisados, no Brasil a cultura da soja teve um aumento na área cultivada em 27,65%. A nível de país, os ganhos em área cultivada são maiores pelo fato de que ainda existem áreas a serem cultivadas, ou seja, que existe possibilidade de cultivo porém ainda não tinha sido ou ainda não foi explorada, enquanto na região a área passível de cultivo da cultura encontra-se praticamente preparada e cultivada anualmente.

Além disso, a região analisada apresentou poucas variações na área cultivada com a soja, e estas alterações, tanto para mais quanto para menos, estão relacionadas com as alterações ocorridas no plantio da cultura do milho. Pelo fato da cultura da soja apresentar resultados financeiros maiores quando comparado com a cultura do milho, os produtores fazem a opção pela cultura da soja.

#### 4.2.3 Área de soja financiada por instituições financeiras na região do COREDE Alto Jacuí/RS

Na Tabela 7 demonstra-se que os financiamentos bancários evoluíram positivamente na região do COREDE Alto Jacuí. Destaca-se o município de Tapera, que passou de 3.804 hectares financiados no ano de 2008 para 13.878 hectares financiados no ano de 2012. O município de Quinze de Novembro, que aumentava ano a ano – de 2008 a 2011, partindo de 4.352 hectares financiados em 2008, passando para 5.388 hectares no ano de 2009, 5.003 hectares no ano de 2010, pouco mais de 6.000 hectares em 2011, retornou para apenas 4.394 hectares financiados no ano de 2012, ou seja, voltou a financiar praticamente a mesma área



que financiava no ano de 2008. A área total financiada que no ano de 2008 era de 164.114 hectares, aumentou para 235.070 hectares no ano de 2009, com novo aumento em 2010 passando para 257.304, aumentando novamente no ano de 2011 chegando aos 296.759 hectares. No ano de 2012, a área total financiada recuou para 285.349 hectares na região do COREDE Alto Jacuí.

Tabela 7 – Área de soja financiada pelas instituições financeiras na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em hectares)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	11.578	17.961	19.826	27.426	25.870
Boa Vista do Incra	10.102	15.016	15.923	19.234	19.981
Colorado	7.641	9.597	9.326	13.323	11.818
Cruz Alta	40.317	51.288	59.936	71.556	61.486
Fortaleza dos Valos	17.627	21.182	24.805	30.811	26.257
Ibirubá	15.381	18.170	19.736	22.421	21.387
Lagoa dos Três Cantos	2.671	3.321	3.503	5.032	6.315
Não-Me-Toque	6.476	22.337	26.737	9.756	7.818
Quinze de Novembro	4.352	5.388	5.003	6.002	4.394
Saldanha Marinho	5.276	6.410	6.624	7.765	8.239
Salto do Jacuí	10.383	15.932	15.524	17.348	21.843
Santa Bárbara do Sul	24.423	37.773	39.765	53.952	49.504
Selbach	4.083	4.928	5.048	5.524	6.559
Tapera	3.804	5.768	5.549	6.607	13.878
Total	164.114	235.070	257.304	296.759	285.349

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode-se observar na Tabela 8 as evoluções em percentual das áreas financiadas na região do COREDE Alto Jacuí, as quais sucessivamente apresentaram crescimento, onde o ano de 2009 apresentou 143,24%, em 2010 foi de 156,78% e de 180,83 em 2011, sendo que apenas no último ano analisado (2012) apresentou uma redução, quando comparado ao ano de 2011, para 173,87% comprovando as evoluções citadas anteriormente. O município de Tapera, no ano de 2012 atingiu 364,79% quando comparado ao ano de 2008. Além de Tapera, outros 5 municípios evoluíram mais que a média (173,87%) – Lagoa dos Três Cantos (236,46%), Boa Vista do Cadeado (223,44%), Salto do Jacuí (210,38%), Santa Bárbara do Sul (202,69%) e Boa Vista do Incra (197,79%). Os outros municípios, num total de 8, evoluíram menos que a média – Selbach (160,64%), Saldanha Marinho (156,16%), Colorado

(154,67%), Cruz Alta (152,51%), Fortaleza dos Valos (148,96%), Ibirubá (139,05%), Não-Me-Toque (120,73%) e Quinze de Novembro (100,96%).

Para Trennepohl (1997), por meio de mecanismos como o crédito rural, que paralelamente ao que ocorreu em outras regiões do país destinou cerca de 90% dos recursos para apenas três produtos: arroz, soja e trigo, dos investimentos feitos em pesquisa agrícola e extensão rural, que apresentam concentração semelhante e entre outros mecanismos de proteção aos mercados profundamente discriminatórios, o Estado definiu uma série de possibilidades para o desenvolvimento do setor agrícola e eliminou outras. O subsídio ao trigo, por exemplo, reduziu drasticamente o mercado do milho e da mandioca. Nesse sentido, a internalização do modelo de agricultura moderna foi também uma escolha da região.

Portanto, “cabe à região parcela significativa de responsabilidade sobre o seu atual estágio de desenvolvimento e principalmente sobre as concepções de desenvolvimento que produziu através de suas instituições e da sua história” (TRENNEPOHL 1997, p. 133).

Tabela 8 – Evolução da área financiada de soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	155,13%	171,23%	236,88%	223,44%
Boa Vista do Incra	100,00%	148,64%	157,62%	190,39%	197,79%
Colorado	100,00%	125,60%	122,06%	174,36%	154,67%
Cruz Alta	100,00%	127,21%	148,66%	177,48%	152,51%
Fortaleza dos Valos	100,00%	120,17%	140,72%	174,80%	148,96%
Ibirubá	100,00%	118,13%	128,32%	145,78%	139,05%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	124,36%	131,17%	188,42%	236,46%
Não-Me-Toque	100,00%	344,93%	412,89%	150,66%	120,73%
Quinze de Novembro	100,00%	123,80%	114,94%	137,91%	100,96%
Saldanha Marinho	100,00%	121,48%	125,55%	147,18%	156,16%
Salto do Jacuí	100,00%	153,44%	149,51%	167,09%	210,38%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	154,66%	162,82%	220,91%	202,69%
Selbach	100,00%	120,70%	123,63%	135,30%	160,64%
Tapera	100,00%	151,62%	145,86%	173,68%	364,79%
Total	100,00%	143,24%	156,78%	180,83%	173,87%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 9 demonstra-se o percentual de área financiada da cultura da soja através de financiamentos bancários. O município de Não-Me-Toque, por dois anos consecutivos (2009 e 2010) apresentou financiamentos superiores ao total da área cultivada no município,

correspondendo no ano de 2009 a 109,0% e no ano de 2010 a 127,3%. No ano de 2012, Salto do Jacuí (109,2%) e Tapera (117,6%) também apresentaram financiamentos superiores a área cultivada com soja naqueles municípios.

Tabela 9 – Percentual de área financiada da cultura da soja na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (%)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	31,81%	49,34%	53,24%	74,25%	70,39%
Boa Vista do Incra	39,62%	58,89%	56,87%	68,69%	72,66%
Colorado	44,95%	63,98%	60,17%	83,27%	77,24%
Cruz Alta	50,40%	64,11%	72,65%	82,72%	71,08%
Fortaleza dos Valos	56,50%	66,09%	75,05%	92,39%	78,50%
Ibirubá	39,44%	46,59%	47,56%	54,03%	54,14%
Lagoa dos Três Cantos	31,05%	38,62%	40,26%	55,91%	70,95%
Não-Me-Toque	31,59%	108,96%	127,32%	45,38%	36,70%
Quinze de Novembro	38,52%	47,68%	44,27%	53,12%	38,89%
Saldanha Marinho	43,97%	55,74%	52,99%	62,12%	66,99%
Salto do Jacuí	57,36%	88,02%	79,20%	84,22%	109,22%
Santa Bárbara do Sul	38,16%	59,02%	59,35%	80,53%	75,01%
Selbach	41,66%	51,69%	50,48%	53,12%	64,30%
Tapera	33,67%	51,68%	45,63%	54,34%	117,61%
Total	42,66%	61,43%	64,32%	72,96%	71,19%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Junto com a expansão da lavoura de trigo e soja, referenda-se um novo sistema de produzir e constituem-se novas relações com o mercado, novas formas de associação, cooperativas e sindicatos, implantando-se mudanças fundamentais nas relações de produção, econômicas e sociais, no meio rural da região (MERA, 2011).

#### 4.2.4 Produção de soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS

A soja não pode ser plantada em todas as regiões do país. Existem algumas exigências particulares da cultura, assim como todas as variedades de plantas. Essas condições são as chamadas edafoclimáticas, onde são estudados o solo, o clima e a vegetação para saber se a região é realmente apta para o cultivo de determinada cultura (CASTRO; CASTRO, 2005).

A soja é uma planta muito exigente quanto ao fotoperíodo, sendo esse considerado determinante das condições de adaptação de uma variedade ou cultivar em determinadas regiões. Desse modo, existem cultivares precoces – aquelas em que a floração é reduzida, quando há uma pequena diminuição do número de horas/luz/dia, e cultivares tardios – aqueles que necessitam de um maior encurtamento do dia para florescerem. Em regra geral, as variedades cultivadas no Brasil não florescem em períodos superiores a 16 horas/luz/dia. (EMBRAPA, 2004).

Pode-se verificar na Tabela 10 que a produção da soja em grãos no COREDE Alto Jacuí teve aumentos consecutivos entre 2008 e 2011, com uma queda expressiva no ano de 2012. A produção total que em 2008 era de 906.211 toneladas, evoluiu para 937.156 toneladas no ano de 2009. Nos outros dois anos (2010 e 2011) as evoluções foram mais significativas, saltando para 1.081.167 de toneladas no ano de 2010 e 1.298.272 de toneladas no ano de 2011. Em 2012 a produção teve uma expressiva queda, atingindo apenas 574.608 toneladas.

Tabela 10 – Produção – Soja em grãos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	85.176	59.443	102.782	110.820	32.538
Boa Vista do Incra	51.000	52.020	63.840	75.600	42.900
Colorado	45.900	43.200	51.150	59.200	24.786
Cruz Alta	168.000	177.223	198.000	259.500	83.040
Fortaleza dos Valos	76.752	82.689	79.320	100.050	53.520
Ibirubá	113.100	114.660	119.520	141.930	54.510
Lagoa dos Três Cantos	23.220	23.220	26.100	27.000	18.690
Não-Me-Toque	52.583	53.300	63.000	79.980	38.340
Quinze de Novembro	27.120	30.510	31.527	35.934	20.340
Saldanha Marinho	28.800	34.500	37.500	41.250	10.620
Salto do Jacuí	32.580	43.440	52.920	61.800	30.000
Santa Bárbara do Sul	153.600	172.800	192.960	233.160	114.840
Selbach	23.520	20.019	28.500	35.568	25.704
Tapera	24.860	30.132	34.048	36.480	24.780
Total	906.211	937.156	1.081.167	1.298.272	574.608

Fonte: IBGE (2009-2013)

Com base na Tabela 11, verifica-se que no ano de 2009, apenas 3(três) municípios obtiveram produção inferior a 2008 – Boa Vista do Cadeado (69,79%), Selbach (85,11%) e

Colorado (94,12%). Os demais municípios conseguiram aumentar a produção, tendo se destacado o Salto do Jacuí, que evoluiu 33,33%, passando de 32.580 toneladas no ano de 2008 para 43.440 toneladas em 2009.

Tabela 11 – Variação percentual da produção da soja na região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas).

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	69,79%	120,67%	130,11%	38,20%
Boa Vista do Incra	100,00%	102,00%	125,18%	148,24%	84,12%
Colorado	100,00%	94,12%	111,44%	128,98%	54,00%
Cruz Alta	100,00%	105,49%	117,86%	154,46%	49,43%
Fortaleza dos Valos	100,00%	107,74%	103,35%	130,35%	69,73%
Ibirubá	100,00%	101,38%	105,68%	125,49%	48,20%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	100,00%	112,40%	116,28%	80,49%
Não-Me-Toque	100,00%	101,36%	119,81%	152,10%	72,91%
Quinze de Novembro	100,00%	112,50%	116,25%	132,50%	75,00%
Saldanha Marinho	100,00%	119,79%	130,21%	143,23%	36,88%
Salto do Jacuí	100,00%	133,33%	162,43%	189,69%	92,08%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	112,50%	125,63%	151,80%	74,77%
Selbach	100,00%	85,11%	121,17%	151,22%	109,29%
Tapera	100,00%	121,21%	136,96%	146,74%	99,68%
Total	100,00%	103,41%	119,31%	143,26%	63,41%

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL, em 2013 a demanda por Soja deverá aumentar “apenas” 2% em relação a 2012, pelo ajuste necessário no balanço de oferta e demanda em decorrência das perdas com estiagem que frustraram um salto da produção global. No entanto, em 2013 devem ser consumidos 261 milhões de toneladas, dois milhões a mais do que em 2012 apesar das perdas.

Castro e Castro (2005) referem que no mercado interno o grande consumidor é o Nordeste; as aquisições são em menor escala, porém com preço mais vantajoso (cerca de 10% a 15% maior), necessitando, para isso, que o agricultor tenha sua própria estrutura de armazenagem. Esta soja normalmente é trabalhada nas pequenas fábricas de ração, sendo passadas em pequenas extrusoras, tornando-a apta para o consumo na avicultura, piscicultura, bovinocultura e outras criações, como fonte proteica.

O consumo mundial de soja vem aumentando gradativamente nos últimos anos. Este consumo está associado ao crescimento da população mundial e ao aumento do poder

aquisitivo das pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento como a China, Índia e Brasil. O quadro de Oferta e Demanda Mundial, divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) referente ao mês de agosto/2012 estimou que o consumo mundial da safra 2007/2008 alcançaria 229,49 milhões de toneladas, e na safra 2011/12 chegaria à 253,84 milhões de toneladas, ou seja, um incremento de 10,6% nos últimos 5(cinco) anos no consumo mundial (CONAB, 2012).

Ainda conforme a CONAB (2012), a China que é responsável por 64% da demanda mundial, e nos últimos 5 (cinco) anos vem aumentando exponencialmente suas importações, ampliando de 37,81 milhões de toneladas, na safra 2007/2008, para 57,50 milhões de toneladas, na safra 2011/2012 e mesmo com uma desaceleração econômica ocorrida no país, deve continuar com sua importações aquecidas. Diante disso, o USDA estima que na safra 2012/13 os chineses devem importar cerca de 59,50 milhões de toneladas, um incremento de 3% em relação à safra 2011/12.

No Brasil, a soja é considerada a cultura de maior expressão comercial. A nível mundial, a principal oleaginosa produzida e consumida. Fatores estes, que justifica o crescimento constante, a importância da produção, comercialização e importação dos grãos na economia do Brasil.

#### **4.3 Financiamentos para custeio de milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS**

A importância econômica do milho pode ser percebida através das várias formas de sua utilização. Conforme descrito pela EMBRAPA (2004), o uso do milho como alimentação animal representa 70% do consumo deste cereal no mundo. Nos Estados Unidos, 50% da produção é destinada a esse fim, enquanto que no Brasil este percentual varia de 60 a 80%. Contudo, este cereal constitui em fonte de alimentação humana em regiões de baixa renda da população, ou, como no caso do México, o milho constitui-se no elemento básico de sua culinária.

De acordo com a EMBRAPA (2004), o milho tornou-se o cereal mais produzido no mundo acompanhando o aumento da demanda por milho para alimentação animal, mostrando a versatilidade de aplicações deste grão.

Conforme Broch e Pedroso (2012), a rentabilidade da cultura do milho safrinha depende de diferentes variáveis que vêm afetando seu resultado ao longo dos anos. Dentre os elementos mais importantes pode-se mencionar o nível de tecnologia aplicada na cultura, as

condições climáticas, os custos de produção, a produtividade média alcançada e o preço de comercialização dos grãos. Nenhuma destas variáveis isoladas é capaz de determinar o resultado econômico da cultura, devendo-se então considerar todos estes fatores em igual importância nas tomadas de decisão para o cultivo de milho safrinha.

Tabela 12 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	3.470,07	1.376,04	1.627,47	2.242,54	3.259,16
Boa Vista do Incra	3.136,20	1.241,47	2.299,47	4.164,15	3.080,78
Colorado	2.185,51	1.624,18	1.233,92	4.287,45	2.724,52
Cruz Alta	14.165,32	6.121,04	5.269,87	11.301,80	11.025,60
Fortaleza dos Valos	5.098,36	3.051,14	1.310,69	3.820,34	3.708,98
Ibirubá	5.226,54	4.010,71	3.395,03	4.932,60	5.576,13
Lagoa dos Três Cantos	1.736,77	838,13	1.085,73	2.182,73	1.859,05
Não-Me-Toque	4.938,85	3.913,81	2.926,58	5.551,11	5.579,78
Quinze de Novembro	1.136,66	650,78	802,51	1.374,77	1.518,83
Saldanha Marinho	1.395,06	977,69	769,94	2.011,17	1.643,71
Salto do Jacuí	2.454,99	1.021,74	612,49	2.830,50	3.519,20
Santa Bárbara do Sul	6.168,36	3.595,05	4.212,39	9.354,64	6.881,74
Selbach	2.739,88	1.378,53	1.768,82	2.646,32	2.999,55
Tapera	2.758,60	1.412,84	4.617,30	3.583,27	3.499,12
Total	56.611,18	31.213,15	31.932,21	60.283,37	56.876,18

Fonte: BACEN (2013)

Estudo de Santos (2008) ressalta que ao lado da soja, a cultura de milho é uma das pontas-de-lança da recente expansão da atividade agrícola brasileira. O cultivo de milho é altamente beneficiado pela tecnologia e pelas inovações da pesquisa agrícola, sendo um dos principais casos de sucesso da chamada revolução verde.

De acordo com o mesmo autor, além dos benefícios óbvios decorrentes da exportação (como a geração de divisas para o país), a cultura de milho adquire importância estratégica quando se leva em conta a vantagem de mercado que uma grande produção nacional de milho traz para atividades agrícolas que usam a ração animal como base, como a pecuária, a avicultura, a suinocultura e até a piscicultura.

Frequentemente, a área plantada não é suficiente para atender as demandas do mercado interno, gerando problemas de abastecimento para a indústria nacional. A solução

para esse problema passa pela expansão da área plantada e pelo aumento da produtividade das áreas atualmente cultivadas (SANTOS, 2008).

Por isso, verifica-se que o milho é um cereal de grande importância, devido a suas diversas formas de utilização, que vai desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. É cultivado em todas as regiões brasileiras e em todos os tipos de propriedade se destacando como influenciador direto na economia do país.

Tabela 13 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	39,65%	46,90%	64,63%	93,92%
Boa Vista do Incra	100,00%	39,59%	73,32%	132,78%	98,23%
Colorado	100,00%	74,32%	56,46%	196,18%	124,66%
Cruz Alta	100,00%	43,21%	37,20%	79,78%	77,84%
Fortaleza dos Valos	100,00%	59,85%	25,71%	74,93%	72,75%
Ibirubá	100,00%	76,74%	64,96%	94,38%	106,69%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	48,26%	62,51%	125,68%	107,04%
Não-Me-Toque	100,00%	79,25%	59,26%	112,40%	112,98%
Quinze de Novembro	100,00%	57,25%	70,60%	120,95%	133,62%
Saldanha Marinho	100,00%	70,08%	55,19%	144,16%	117,82%
Salto do Jacuí	100,00%	41,62%	24,95%	115,30%	143,35%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	58,28%	68,29%	151,66%	111,57%
Selbach	100,00%	50,31%	64,56%	96,59%	109,48%
Tapera	100,00%	51,22%	167,38%	129,89%	126,84%
Total	100,00%	55,14%	56,41%	106,49%	100,47%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a EMBRAPA (2012) a cultura do milho ocupa posição de destaque entre as atividades agropecuárias do Brasil, entre as razões, estão seu cultivo na maioria das propriedades rurais e seu valor de produção; o milho é a segunda maior entre as culturas anuais, sendo superada apenas pela soja, e esta caminhando para superar a soja e ser a primeira.

Ainda, segundo dados apresentados pela EMBRAPA (2012) o milho é cultivado em praticamente todo o território brasileiro, sendo que 90% da produção concentraram-se nas regiões Sul (40,76% da produção), Sudeste (19,13% da produção) e Centro-Oeste (30,18% da produção). A participação dessas regiões em área plantada e produção de grãos vêm se



alterando ao longo dos anos, com a região Centro-Oeste aumentando a sua participação em comparação com as regiões Sul e Sudeste.

De acordo com os dados em levantamentos pela CONAB (2012), com relação a safra 2011/2012, 8ª levantamento, a produção total de milho atingiu 62.000 mil toneladas, em uma área colhida de 14.800 mil hectares. Paraná é o Estado maior produtor com 14.493,5 mil toneladas, seguida por Mato Grosso com 12.094,4 mil t. O Estado de São Paulo deverá produzir 4.779,9 mil toneladas. Em termos de produtividade o Distrito federal apresenta maior valor 8.064 kg/ha seguido por Goiás com 6.039 kg/ha, enquanto a média nacional é de 4.265 kg/ha.

#### 4.3.1 Custos de produção de milho

Os sistemas de produção da atividade agropecuária cada vez requerem mais conhecimentos para garantir resultados satisfatórios, competindo com outros sistemas produtivos na região. É fundamental ter informações de mercado, custos de produção, gestão dos recursos, na tomada de decisão adequada, melhorando assim a eficiência e a competitividade da cultura (BROCH; PEDROSO, 2012),

Os mesmos autores descrevem que o levantamento de custos de produção do milho auxilia a gestão da atividade do produtor rural, possibilitando analisar os componentes que envolvem a sua produção, o custo/benefício, tomada de decisões, identificando as informações técnicas e de mercado, os riscos e as oportunidades que a atividade apresenta ao longo dos anos.

A Tabela 14 descreve os custos de produção do milho, onde pode ser observado que, a exemplo dos custos de produção das outras culturas, nos anos de 2009, 2010 e 2011 ficaram abaixo dos custos apurados no ano de 2008, enquanto apenas em 2012 os custos superaram os desembolsos levantados no primeiro ano estudado.

Os valores levantados apontaram para gastos no valor de R\$ 1.225,03 no ano de 2008, caindo para R\$ 1.016,72 no ano de 2009, R\$ 1.040,70 no ano de 2010, R\$ 1.150,13 em 2011 e R\$ 1.335,48 no ano de 2012.

Tabela 14 – Custos de produção do milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Por hectare cultivado)

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>MÁQUINAS E IMPLEMENTOS</b>	<b>R\$ 171,55</b>	<b>R\$ 164,05</b>	<b>R\$ 166,25</b>	<b>R\$ 167,16</b>	<b>R\$ 173,29</b>
Combustíveis	R\$ 99,12	R\$ 92,58	R\$ 92,58	R\$ 93,51	R\$ 94,45
Lubrificantes	R\$ 8,46	R\$ 8,40	R\$ 8,05	R\$ 8,11	R\$ 9,92
Filtros	R\$ 6,09	R\$ 6,13	R\$ 6,13	R\$ 6,16	R\$ 6,38
Conservação e Reparos	R\$ 57,88	R\$ 56,94	R\$ 59,49	R\$ 59,38	R\$ 62,54
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>R\$ 98,83</b>	<b>R\$ 149,41</b>	<b>R\$ 158,54</b>	<b>R\$ 166,79</b>	<b>R\$ 179,33</b>
Contratada	R\$ 98,83	R\$ 149,41	R\$ 158,54	R\$ 166,79	R\$ 179,33
<b>INSUMOS MODERNOS</b>	<b>R\$ 832,60</b>	<b>R\$ 574,77</b>	<b>R\$ 585,73</b>	<b>R\$ 685,94</b>	<b>R\$ 836,67</b>
Fertilizante-base	R\$ 524,45	R\$ 261,30	R\$ 283,95	R\$ 360,30	R\$ 406,25
Semente	R\$ 164,70	R\$ 189,00	R\$ 197,46	R\$ 225,00	R\$ 306,36
Defensivos	R\$ 143,45	R\$ 124,47	R\$ 104,32	R\$ 100,64	R\$ 124,06
<b>TRANSPORTE EXTERNO</b>	<b>R\$ 92,49</b>	<b>R\$ 97,33</b>	<b>R\$ 97,44</b>	<b>R\$ 97,51</b>	<b>R\$ 113,45</b>
Insumos	R\$ 4,17	R\$ 4,21	R\$ 4,22	R\$ 4,15	R\$ 4,73
Produção	R\$ 88,32	R\$ 93,12	R\$ 93,22	R\$ 93,36	R\$ 108,72
<b>BENEFICIAMENTO</b>	<b>R\$ 29,57</b>	<b>R\$ 31,15</b>	<b>R\$ 32,74</b>	<b>R\$ 32,74</b>	<b>R\$ 32,74</b>
<b>SOMA (A)</b>	<b>R\$ 1.225,03</b>	<b>R\$ 1.016,72</b>	<b>R\$ 1.040,70</b>	<b>R\$ 1.150,13</b>	<b>R\$ 1.335,48</b>

Fonte: Fecoagro RS (2013)

Como pode ser observado na tabela 14 houve evolução, no período avaliado, quanto aos custos de produção do milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS.

A análise dos custos de produção do milho neste trabalho permite concluir que a atividade pode ser rentável ao produtor, desde que o produtor tenha um bom controle no sistema de cultivo e nos preços pagos pelos insumos, isto é, estimando seus custos e controlando economicamente sua atividade.

#### 4.3.2 Área cultivada com milho

Pode-se observar que na região do COREDE Alto Jacuí, a área cultivada com milho não teve ampliações, pelo contrário, ocorreu uma redução na área cultivada quando comparada ao primeiro ano avaliado, conforme a Tabela 15. No ano de 2009, eram cultivadas 57.000 hectares, ampliando para 58.320 hectares em 2010. No ano de 2011, a área cultivada com milho foi de 35.420, reduzindo para 33.220 em 2011 e no ano de 2012 ganhou espaço,

saltando para 45.380 hectares. Estas alterações estão relacionadas com a ampliação das áreas cultivadas com a soja.

Tabela 15 – Área cultivada com milho na Região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em hectares)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	3.300	3.300	2.500	2.800	4.500
Boa Vista do Incra	5.000	5.000	2.500	2.500	3.000
Colorado	2.500	4.500	4.000	3.500	4.500
Cruz Alta	11.000	10.500	4.000	4.000	7.080
Fortaleza dos Valos	4.500	3.500	2.500	2.200	3.000
Ibirubá	5.000	5.000	2.500	2.500	3.500
Lagoa dos Três Cantos	900	900	1.500	1.200	1.500
Não-Me-Toque	4.300	4.000	3.500	3.000	3.200
Quinze de Novembro	2.000	2.000	800	800	800
Saldanha Marinho	2.500	3.000	1.500	1.500	1.700
Salto do Jacuí	3.500	3.500	2.000	1.500	3.000
Santa Bárbara do Sul	8.000	8.000	5.000	5.000	6.000
Selbach	2.500	2.800	1.800	1.400	1.600
Tapera	2.000	2.320	1.320	1.320	2.000
Total	57.000	58.320	35.420	33.220	45.380

Fonte: IBGE (2009 – 2013)

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura – FAO, a área cultivada com milho superou a de arroz em 2007, e a cultura do milho tornou-se a segunda mais plantada no mundo, sendo ultrapassada apenas pelo trigo. Em 2008, foram produzidas mais de 822 milhões de toneladas de milho, mais do que qualquer outro grão. Parte importante dessa produção é do Brasil, o terceiro produtor com aproximadamente 59 milhões de toneladas de grãos. O aumento de produção é importante devido à ampla utilização do cereal na alimentação animal e humana e, mais recentemente, também na produção de etanol utilizado como biocombustível em alguns países (MORAES, 2011).

No país, estudos da CONAB (2009-2013) apontam um aumento na área plantada de milho, passando de 14,1 milhões de hectares em 2008 para 15,8 milhões de hectares em 2012. Saliente-se também que neste período ocorreu uma redução no ano de 2009 para 13,0 milhões de hectares, aumentando para 13,1 milhões de hectares em 2010 e 15,1 milhões de hectares em 2011. Neste período, a evolução a nível de país foi de 12,06%, enquanto na região houve uma redução de 20,39%, caindo de 57.000 hectares em 2008 para 45.380 hectares em 2012.

#### 4.3.3 Financiamentos para a cultura do milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS

No Brasil, dados levantados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2004), revelam que o milho, juntamente com a soja, respondem por cerca de 80% da produção de grãos do país, com a diferença de que a soja tem liquidez imediata, por se tratar de uma cultura voltada à exportação, enquanto que o milho tem sua produção voltada para o abastecimento interno. O milho vem apresentando, nos últimos vinte e oito anos, taxa de crescimento da produção de 3% ao ano e de área cultivada de 0,4% ao ano.

Entre as exigências do desenvolvimento rural estão a oferta de empregos para a população rural, a segurança alimentar e a garantia de qualidade dos produtos, bem como a proteção ambiental. O rural não como espaço geográfico, mas como construção social. (KAGEYAMA, 2008).

Para o autor, o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí tem todas as características de produção agrícola em geral, pois os agricultores são como empresários agrícolas, especialização, aumento de escala, intensificação no uso de insumos, produção orientada pela lógica de mercado, dependência crescente de poucos mercados agrícolas.

A importância econômica do milho percebe-se através das várias formas de sua utilização. Conforme a EMBRAPA (2004), o uso do milho como alimentação animal representa 70% do consumo deste cereal no mundo. Nos Estados Unidos, 50% da produção é destinada a esse fim, enquanto que no Brasil este percentual varia de 60 a 80%. Contudo, este cereal constitui em fonte de alimentação humana em regiões de baixa renda da população, ou, como no caso do México, o milho constitui-se no elemento básico de sua culinária.

Os financiamentos direcionados para a cultura do milho na região estudada, calculados através dos valores liberados e dos custos de produção descritos na tabela 16, beneficiavam 46.211,90 hectares, equivalente a 81,07% da área total plantada no ano de 2008. Já em 2009, os financiamentos beneficiavam 30.699,93 hectares, correspondendo a 52,64%. No ano de 2010, com os valores liberados aos beneficiários era possível cultivar 30.683,28 hectares, equivalente a 86,63% da área total cultivada com milho. No ano de 2011, observa-se que os valores liberados para o plantio da cultura do milho beneficiaram 52.414,36 hectares, o que correspondia a 157,78% da área total plantada na região analisada. No ano de 2012, os

financiamentos beneficiaram 42.588,72 hectares, correspondendo a 93,85% da área total cultivada com milho.

Conforme mostra a tabela 16 quanto à Área de milho financiada pelas instituições financeiras na região do COREDE Alto Jacuí, houve redução na área cultivada em todos os municípios nos anos de 2009 e 2010. Observa-se que enquanto no ano de 2008 foram cultivados mais de 46.200 hectares, no ano de 2009 a área cultivada atingiu pouco mais de 30.000 hectares, sendo mantida nestes patamares no ano de 2010. No ano de 2011, as áreas cultivadas com a cultura voltaram a crescer, atingindo mais de 52.000 hectares. Porém no ano de 2012 observa-se nova redução da área cultivada com o milho, atingindo pouco mais de 42.000 hectares.

Tabela 16 – Área de milho financiada pelas instituições financeiras na região do COREDE Alto Jacuí (Em hectares)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	2.832,63	1.353,41	1.563,81	1.949,81	2.440,45
Boa Vista do Incra	2.560,09	1.221,06	2.209,53	3.620,59	2.306,88
Colorado	1.784,04	1.597,48	1.185,66	3.727,79	2.040,11
Cruz Alta	11.563,20	6.020,40	5.063,76	9.826,53	8.255,94
Fortaleza dos Valos	4.161,81	3.000,97	1.259,43	3.321,66	2.777,28
Ibirubá	4.266,44	3.944,77	3.262,25	4.288,73	4.175,39
Lagoa dos Três Cantos	1.417,73	824,35	1.043,26	1.897,81	1.392,05
Não-Me-Toque	4.031,60	3.849,46	2.812,12	4.826,50	4.178,12
Quinze de Novembro	927,86	640,08	771,12	1.195,32	1.137,30
Saldanha Marinho	1.138,79	961,61	739,82	1.748,64	1.230,80
Salto do Jacuí	2.004,02	1.004,94	588,53	2.461,02	2.635,17
Santa Bárbara do Sul	5.035,25	3.535,94	4.047,64	8.133,54	5.153,03
Selbach	2.236,58	1.355,86	1.699,63	2.300,89	2.246,06
Tapera	2.251,85	1.389,61	4.436,71	3.115,53	2.620,13
Total	46.211,90	30.699,93	30.683,28	52.414,36	42.588,72

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 17 mostra que os financiamentos bancários são responsáveis por uma grande fatia das áreas cultivadas com o milho, onde no ano de 2008 o volume de crédito liberado representava 81,07% de toda a área cultivada. No ano de 2009, o volume liberado era responsável por apenas 52,64% da área cultivada, enquanto no ano de 2010 era de 86,63% e no ano de 2012 representava 93,85%. No ano de 2012, o volume de financiamento bancário, representou 157,78% do total da área cultivada com o milho, onde nesta situação podemos entender que os volumes liberados pelas instituições financeiras podem não terem sido utilizados efetivamente no cultivo das lavouras, ou seja, os produtores podem ter utilizado estes recursos para honrarem outros compromissos financeiros ou até mesmo realizarem outros tipos de investimentos.

Tabela 17 – Percentual de área financiada da cultura de milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS (%).

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	85,84%	41,01%	62,55%	69,64%	54,23%
Boa Vista do Incra	51,20%	24,42%	88,38%	144,82%	76,90%
Colorado	71,36%	35,50%	29,64%	106,51%	45,34%
Cruz Alta	105,12%	57,34%	126,59%	245,66%	116,61%
Fortaleza dos Valos	92,48%	85,74%	50,38%	150,98%	92,58%
Ibirubá	85,33%	78,90%	130,49%	171,55%	119,30%
Lagoa dos Três Cantos	157,53%	91,59%	69,55%	158,15%	92,80%
Não-Me-Toque	93,76%	96,24%	80,35%	160,88%	130,57%
Quinze de Novembro	46,39%	32,00%	96,39%	149,41%	142,16%
Saldanha Marinho	45,55%	32,05%	49,32%	116,58%	72,40%
Salto do Jacuí	57,26%	28,71%	29,43%	164,07%	87,84%
Santa Bárbara do Sul	62,94%	44,20%	80,95%	162,67%	85,88%
Selbach	89,46%	48,42%	94,42%	164,35%	140,38%
Tapera	112,59%	59,90%	336,11%	236,02%	131,01%
Total	81,07%	52,64%	86,63%	157,78%	93,85%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Segundo Moraes (2011), a produtividade mundial do milho é de 5 ton/ha. Nos EUA, o maior produtor mundial, o avanço tecnológico implicou aumento de 3 ton/ha em 1960 para 10 ton/ha em 2010. Existem previsões que indicam que pode ocorrer a duplicação da produtividade americana nas duas próximas décadas. O mesmo ocorreu no Brasil, com os índices passando de 1,6 ton/ha para 4,1 ton/ha nas últimas três décadas. Hoje, no Brasil, produtividades ao redor de 11 a 12 ton/ha já são encontradas em muitas regiões do país.

Na região do Alto Jacuí, a maior produção de milho verifica-se no ano de 2008, onde a produção atingiu 307.139 mil toneladas do grão, sendo que esta produção correspondia a 6,64 ton/ha. A menor produção da região ocorreu no ano de 2012, no qual foram produzidas apenas 114.416 mil toneladas, equivalente a 2,69 ton/ha. Em 2009, apesar da produção total da região ter sido menor que 2008, atingindo 280.107 mil toneladas, a produção por hectare foi superior, chegando a 9,12 ton/hectare. No ano de 2010 a produção por hectare foi de 8,86 ton/ha e no ano de 2011 a produção atingiu 5,46 ton/ha, em decorrência da estiagem.

Tabela 18 – Produção – Milho em grãos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	21.384	12.342	16.500	16.800	4.854
Boa Vista do Incra	20.000	18.000	15.000	18.000	4.570
Colorado	19.500	32.400	37.200	35.000	3.600
Cruz Alta	49.500	48.231	31.200	38.400	27.792
Fortaleza dos Valos	19.575	12.810	15.000	13.200	8.165
Ibirubá	27.000	21.000	19.500	19.500	8.880
Lagoa dos Três Cantos	6.480	6.480	14.400	11.400	2.400
Não-Me-Toque	29.670	21.600	31.500	28.800	7.680
Quinze de Novembro	9.600	3.600	4.800	5.600	864
Saldanha Marinho	12.000	18.000	10.800	15.000	3.990
Salto do Jacuí	11.130	11.484	9.000	9.000	9.560
Santa Bárbara do Sul	52.800	52.800	39.000	51.000	27.459
Selbach	16.500	8.400	16.200	12.600	3.072
Tapera	12.000	12.960	11.880	11.880	1.530
Total	307.139	280.107	271.980	286.180	114.416

Fonte: IBGE (2009-2013).

De acordo com Moraes (2011), o aumento da produtividade do milho foi possível devido à adoção de tecnologias modernas proporcionadas pela ciência, a exemplo do plantio direto, da correção e da fertilização adequada do solo, técnicas de manejo integrado de plantas invasoras, doenças e insetos-pragas e da crescente adoção de sementes melhoradas com alta capacidade produtiva. Nesse último caso, as contribuições mais importantes são a utilização de híbridos simples e a adoção de sementes geneticamente modificadas (GMs).

No Brasil, o plantio do milho é feito em duas épocas. A primeira safra é plantada no verão em épocas chuvosas, entre agosto a novembro na região Sul. Nos demais estados os plantios da cultura variam de acordo com os períodos chuvosos. A segunda safra, mais conhecida como safrinha, no Paraná é plantada em fevereiro ou março. “Embora realizados em uma condição desfavorável de clima, os plantios da safrinha são conduzidos dentro de sistemas de produção que gradativamente são adaptados e essas condições, o que tem contribuído para elevar os rendimentos das lavouras dessa época” (EMBRAPA, 2006).

Tabela 19 – Variação percentual da produção do milho na região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas).

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	57,72%	77,16%	78,56%	22,70%
Boa Vista do Incra	100,00%	90,00%	75,00%	90,00%	22,85%
Colorado	100,00%	166,15%	190,77%	179,49%	18,46%
Cruz Alta	100,00%	97,44%	63,03%	77,58%	56,15%
Fortaleza dos Valos	100,00%	65,44%	76,63%	67,43%	41,71%
Ibirubá	100,00%	77,78%	72,22%	72,22%	32,89%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	100,00%	222,22%	175,93%	37,04%
Não-Me-Toque	100,00%	72,80%	106,17%	97,07%	25,88%
Quinze de Novembro	100,00%	37,50%	50,00%	58,33%	9,00%
Saldanha Marinho	100,00%	150,00%	90,00%	125,00%	33,25%
Salto do Jacuí	100,00%	103,18%	80,86%	80,86%	85,89%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	100,00%	73,86%	96,59%	52,01%
Selbach	100,00%	50,91%	98,18%	76,36%	18,62%
Tapera	100,00%	108,00%	99,00%	99,00%	12,75%
Total	100,00%	91,20%	88,55%	93,18%	37,25%

Fonte: Dados da pesquisa.

Cruz, Pereira Filho e Albuquerque Filho (2011) descrevem que o milho apresenta grandes vantagens em sistemas de rotação, porém as leguminosas, como a soja, por fixarem nitrogênio do ar, em simbiose com bactérias que formam nódulos nas raízes, também são muito recomendadas para esse fim.

Conforme a FARSUL (2013), quando se compara as perdas das lavouras de milho gaúchas com as americanas a situação não melhora muito. Enquanto os americanos perderam 13% de sua safra os produtores gaúchos perderam 45%. Outro fator importante que difere gaúchos e americanos são as condições em que os produtores estão expostos a riscos climáticos. Americanos têm seguro total do faturamento da lavoura. Produtores brasileiros são segurados de parte daquilo que é financiado pelo sistema financeiro. Em geral, lavouras bem protegidas por seguro no Rio Grande do Sul possuem cobertura de 30% do custo de produção e entre 15 e 20% do faturamento.

A rotação milho-soja tem-se mostrado vantajosa, promovendo aumento no rendimento de ambas as culturas, e espera-se que esses benefícios também ocorram com a safrinha, que, na realidade, é uma sucessão dessas duas culturas. Deve ser evitado o plantio de milho após milho, mas onde essa situação ocorrer, atenção deverá ser dada à adubação



nitrogenada, além, obviamente, de se promover maior monitoramento da ocorrência de pragas e doenças (EMBRAPA, 2006).

Ainda de acordo com a FARSUL as perdas no Rio Grande do Sul foram tão grandes que apenas o valor perdido dentro do Estado é maior que a safra inteira de 2011 de Mato Grosso do Sul, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Distrito Federal, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Acre, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Rio de Janeiro e Amapá.

#### **4.4 Liberações para custeio de trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS**

A intervenção do governo no mercado do trigo, consolidada no Decreto-Lei nº 210, de 1967, resultou em uma total desvinculação do mercado brasileiro em relação ao preço internacional. Para se ter uma ideia do descaso com a paridade internacional, em 1986 o preço internacional era de US\$ 130,00/tonelada e o preço interno, em nível do produtor no Brasil, era de US\$ 241,00/tonelada, passando a US\$ 185,00/tonelada em 1987 e 1988. Em vista disso, a desregulamentação do setor e a abertura da economia não poderiam ter deixado de causar um profundo impacto no setor. (BRUM; MULLER, 2008).

O Ministério da Agricultura tem como desafio estimular a produção do trigo minimizando os efeitos climáticos. Estudos de zoneamento de risco climático para os principais estados produtores, reajuste dos preços mínimos em níveis que sustentem a formação da renda da atividade e ampliação do limite de financiamento para custeio das lavouras são algumas das ações desenvolvidas para aumentar a produção de trigo e diminuir a dependência externa do País em relação ao cereal. (MAPA, 2014).

Para Brum e Muller (2008), a excessiva regulamentação do setor criou distorções no mercado, tanto no produtor quanto na indústria. Quando foi retirada, causou efeitos de redução de área e cultivos do cereal. Não se levou à prática a intenção do governo de promover a abertura prevenindo a concorrência desleal do produto importado que, no caso do trigo, era ainda mais procedente, tendo em vista o processo de transição do setor de um mercado estatizado para um mercado livre.

Ainda de acordo com os autores, na prática, em meados dos anos de 1990, foi detectado o abandono de 1,8 milhão de hectares, antes ocupados com trigo. Anos depois, em 2005/06, a situação pouco evoluiu, salvo em momentos esporádicos, quando a produção foi estimulada por elevações de preço conjunturais.

Brum e Muller (2008) ressaltam que as necessidades de financiamento e de abastecimento dos moinhos somadas à liberdade para importar e as benesses que existem no mercado internacional – preços e condições de pagamento – têm levado a indústria moageira a dar preferência ao trigo importado, deixando em segundo plano a aquisição do produto nacional. Mesmo o trigo nacional de qualidade superior tem dificuldade de colocação no mercado devido à desvantagem representada pelo pagamento à vista ou no máximo em 30 dias. No Nordeste há ainda o encarecimento do frete do trigo nacional para abastecer aquele mercado.

O Brasil possui um imenso potencial para produzir trigo, sem exigir a incorporação de novas áreas ainda não cultivadas com grãos. Somente o Estado do Rio Grande do Sul tem uma área plantada com soja na atual temporada de verão de 4,0 milhões de hectares. De acordo com a Embrapa, cerca de 50% dessa área oferecem condições propícias de solo e clima para cultivo de trigo no período invernal, que podem originar 6,0 milhões de toneladas do cereal. Essa situação é favorecida pelas condições climáticas do estado rio-grandense que não oferecem condições para o cultivo de milho de 2ª safra, a qual poderia competir com a área de trigo. (CONAB, 2012).

Tabela 20 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em R\$ mil)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	4.520,80	3.451,08	3.645,21	5.187,58	7.219,29
Boa Vista do Incra	2.600,44	1.304,41	2.259,48	3.246,07	3.785,85
Colorado	3.380,89	3.622,42	3.388,96	3.197,13	3.641,62
Cruz Alta	17.304,75	12.665,54	10.307,87	12.796,07	15.328,83
Fortaleza dos Valos	4.987,39	3.328,83	2.582,28	3.896,92	5.976,47
Ibirubá	6.027,95	4.059,99	2.987,04	3.886,46	4.502,43
Lagoa dos Três Cantos	1.201,26	1.329,73	1.385,86	1.091,60	1.500,53
Não-Me-Toque	4.006,21	10.686,64	3.222,88	3.432,64	3.804,83
Quinze de Novembro	1.413,00	1.452,11	1.024,59	1.150,81	1.560,97
Saldanha Marinho	1.294,44	1.056,83	1.203,42	1.230,90	1.718,63
Salto do Jacuí	3.451,85	2.165,60	2.074,67	3.238,56	5.772,14
Santa Bárbara do Sul	8.282,32	7.222,58	11.459,56	12.281,28	13.012,41
Selbach	1.716,45	1.951,59	1.904,73	2.162,85	2.429,73
Tapera	2.145,07	2.471,26	1.839,67	2.366,37	2.919,08
Total	62.332,83	56.768,61	49.286,22	59.165,25	73.172,82

Fonte: BACEN (2013).

Como descreve a tabela 20, os valores liberados para custeio das lavouras de trigo atingiram 62,33 milhões em 2008, caindo para R\$ 56,77 milhões em 2009, com nova retração em 2010, com valores totais de R\$ 49,29 milhões. Nos anos últimos dois anos analisados, os valores liberados evoluíram, atingindo R\$ 59,17 milhões em 2011 e R\$ 73,17 milhões em 2012.

Observa-se que apenas no ano de 2012 o percentual de liberação foi maior que o primeiro ano analisado, atingindo 117,39%. Houve uma retração no ano de 2009, correspondendo a 91,07%, com nova queda em 2010, atingindo 79,07%. No ano de 2011 os valores liberados corresponderam a 94,92% do montante liberado no primeiro ano estudado.

A produção brasileira de trigo prevista para a safra 2012/13 é de 5,3 milhões de toneladas, frente a um consumo de 10,4 milhões de toneladas. No quesito tecnológico, o Brasil tem produtividade nas lavouras irrigadas que chegam a 7,0 mil kg/ha, mas o rendimento médio entre irrigado e sequeiro foi de 2.672 kg/ha na última safra, sendo estimado em 2.818 kg/ha para a próxima safra (CONAB, 2012).

Tabela 21 – Evolução dos valores liberados para o custeio da cultura do trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em %)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	76,34%	80,63%	114,75%	159,69%
Boa Vista do Incra	100,00%	50,16%	86,89%	124,83%	145,58%
Colorado	100,00%	107,14%	100,24%	94,56%	107,71%
Cruz Alta	100,00%	73,19%	59,57%	73,95%	88,58%
Fortaleza dos Valos	100,00%	66,74%	51,78%	78,14%	119,83%
Ibirubá	100,00%	67,35%	49,55%	64,47%	74,69%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	110,69%	115,37%	90,87%	124,91%
Não-Me-Toque	100,00%	266,75%	80,45%	85,68%	94,97%
Quinze de Novembro	100,00%	102,77%	72,51%	81,44%	110,47%
Saldanha Marinho	100,00%	81,64%	92,97%	95,09%	132,77%
Salto do Jacuí	100,00%	62,74%	60,10%	93,82%	167,22%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	87,20%	138,36%	148,28%	157,11%
Selbach	100,00%	113,70%	110,97%	126,01%	141,56%
Tapera	100,00%	115,21%	85,76%	110,32%	136,08%
Total	100,00%	91,07%	79,07%	94,92%	117,39%

Fonte: Fecoagro RS (2013).

Como ressaltado pela FECOAGRO (2013), as oscilações verificadas no percentual dos financiamentos totais tem ligação com os custos de produção, pois nos anos de 2009, 2010 e 2011 eram inferiores ao ano de 2008. A cultura de trigo, por ser considerada de maior risco, os produtores buscam maiores aportes financeiros, visando garantir os financiamentos através da contratação de seguros para a cultura.

#### 4.4.1 Custos de produção para o trigo

Os custos agrícolas fornecem ao produtor rural informações da produção, permitindo um melhor planejamento e a definição de estratégias visando apurar melhores resultados. Um sistema de custos completo tem atualmente objetivos amplos e bem definidos, que refletem sua importância como ferramenta básica para administração de qualquer empreendimento, especialmente na agropecuária, onde os espaços de tempo entre produção e vendas, ou seja, entre custos e receitas, fogem a simplicidade de outros tipos de negócio, exigindo técnicas especiais para apresentação não dos custos, mas dos resultados econômicos do empreendimento (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002, p.44).

Conforme os autores acima mencionados (p.126) a margem de contribuição tem por objetivo apurar os resultados em termos de produto, utilizando o método de apuração de resultado direto ou variável. É uma técnica que possibilita alocar os custos variáveis na atividade, bem como mostrar as perspectivas de competição entre as diversas atividades de uma empresa.

Para a agricultura, assim como outros setores, é imprescindível a elaboração e utilização de um sistema de custos de forma efetiva a fim de a empresa manter-se competitiva no mercado. Como o valor de venda dos produtos produzidos na agricultura não é estabelecido pelo produtor, pois este depende de diversos fatores externos, cabe a ele estabelecer estratégias para obter lucratividade nesta atividade, e com o uso de um sistema de custos ele terá condições de mensurar e analisar todos os custos envolvidos em cada processo produtivo (KIRST, 2012).

A exemplo das culturas da soja e do milho, o custo de produção do trigo também oscilou para menos nos anos intermediários (2009, 2010 e 2011). No ano de 2008, primeiro ano avaliado, o desembolso para realizar o plantio de um hectare de trigo era de R\$ 984,18, reduzindo para R\$857,03 no ano de 2009. No ano de 2010 esse desembolso era de R\$ 872,26, enquanto em 2011 era necessário R\$ 957,19. No último ano analisado (2012), era necessário R\$ 1.070,93 para implantar um hectare de trigo.

Tabela 22 – Custos de produção do trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Por hectare cultivado)

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>MÁQUINAS E IMPLEMENTOS</b>	<b>R\$ 178,85</b>	<b>R\$ 171,05</b>	<b>R\$ 173,33</b>	<b>R\$ 174,28</b>	<b>R\$ 180,71</b>
Combustíveis	R\$ 103,22	R\$ 96,41	R\$ 96,41	R\$ 97,38	R\$ 98,35
Lubrificantes	R\$ 8,98	R\$ 8,92	R\$ 8,55	R\$ 8,62	R\$ 10,54
Filtros	R\$ 6,34	R\$ 6,38	R\$ 6,38	R\$ 6,41	R\$ 6,64
Conservação e Reparos	R\$ 60,31	R\$ 59,33	R\$ 61,99	R\$ 61,87	R\$ 65,17
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>R\$ 89,75</b>	<b>R\$ 137,25</b>	<b>R\$ 145,06</b>	<b>R\$ 153,55</b>	<b>R\$ 163,51</b>
Contratada	R\$ 89,75	R\$ 137,25	R\$ 145,06	R\$ 153,55	R\$ 163,51
<b>INSUMOS MODERNOS</b>	<b>R\$ 647,92</b>	<b>R\$ 477,74</b>	<b>R\$ 481,93</b>	<b>R\$ 557,48</b>	<b>R\$ 646,16</b>
Fertilizante-base	R\$ 425,24	R\$ 260,52	R\$ 283,08	R\$ 348,72	R\$ 393,00
Semente	R\$ 129,09	R\$ 133,31	R\$ 129,86	R\$ 143,03	R\$ 180,50
Defensivos	R\$ 93,60	R\$ 83,90	R\$ 68,99	R\$ 65,74	R\$ 72,66
<b>TRANSPORTE EXTERNO</b>	<b>R\$ 51,30</b>	<b>R\$ 53,77</b>	<b>R\$ 53,83</b>	<b>R\$ 53,78</b>	<b>R\$ 62,45</b>
Insumos	R\$ 7,14	R\$ 7,21	R\$ 7,22	R\$ 7,10	R\$ 8,09
Produção	R\$ 44,16	R\$ 46,56	R\$ 46,61	R\$ 46,68	R\$ 54,36
<b>BENEFICIAMENTO</b>	<b>R\$ 16,35</b>	<b>R\$ 17,23</b>	<b>R\$ 18,10</b>	<b>R\$ 18,10</b>	<b>R\$ 18,10</b>
<b>SOMA (A)</b>	<b>R\$ 984,18</b>	<b>R\$ 857,03</b>	<b>R\$ 872,26</b>	<b>R\$ 957,19</b>	<b>R\$ 1.070,93</b>

Fonte: Fecoagro RS (2009 a 2013)

Kirst (2012) explica que a partir do momento em que o produtor tem conhecimento do custo de produção e de quais elementos tem maior representatividade no processo produtivo, dependendo das condições, da forma como foi implantada a cultura, cabe a ele tomar decisões para diminuir custos.

#### 4.4.2 Área cultivada de trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS

A cultura do trigo, por ser uma alternativa aos produtores rurais na época do inverno e primavera, os mesmos não cultivam integralmente suas áreas de terra, como pode-se observar na Tabela 23, onde no ano de 2008 a área total de trigo cultivada na região foi de 93.900 hectares. No ano de 2009, foram cultivados 75.800 hectares, em 2010 70.400. Nos dois últimos anos analisados, ocorreu um aumento na implantação da cultura, atingindo 92.525 hectares em 2011 e 103.700 hectares em 2012.

Tabela 23 – Área cultivada com trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em hectares)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	15.000	8.000	8.000	9.000	11.500
Boa Vista do Incra	3.400	3.400	3.000	2.500	2.500
Colorado	5.000	4.500	5.000	5.000	5.000
Cruz Alta	13.500	10.500	9.000	23.125	28.500
Fortaleza dos Valos	7.200	6.000	4.200	6.000	6.000
Ibirubá	14.000	14.000	12.000	14.000	16.000
Lagoa dos Três Cantos	2500	2500	2.500	2.600	1.500
Não-Me-Toque	4.500	4.000	4.200	4.000	4.000
Quinze de Novembro	2.300	1.400	1500	3000	3000
Saldanha Marinho	4.500	4.500	4.500	4.500	5.000
Salto do Jacuí	3.500	3.000	2.500	4.500	5.500
Santa Bárbara do Sul	10.000	7.000	7.000	7.000	7.500
Selbach	3.500	3.000	3.000	3.300	3.300
Tapera	5.000	4.000	4.000	4.000	4.400
Total	93.900	75.800	70.400	92.525	103.700

Fonte: Dados do IBGE, 2013

Segundo informações da CONAB, no Brasil, a cultura do trigo vem apresentando reduções na área cultivada, passando de 2,4 milhões de hectares nos anos de 2008 e 2009 para 2,1 milhões de hectares nos anos de 2010 e 2011, com nova redução no ano de 2012, onde foram cultivadas 1,9 milhões de hectares, o que representa um decréscimo de 20,83% quando comparados os anos de 2012 e 2008.

Na região estudada, apesar de ter apresentado reduções nos anos de 2009 e 2010, a cultura voltou a ganhar espaço nos anos seguintes. Quando comparados os anos de 2008 com o ano de 2012, verifica-se um avanço de 10,44%, passando de 93.900 hectares para 103.700 hectares.

Pode-se verificar na tabela 24 que as instituições financeiras liberaram recursos para financiar 63,3 mil hectares no ano de 2008, aumentando a área financiada em 2009 para 66,3 mil hectares. No ano de 2010 as liberações beneficiaram 56,5 mil hectares, 61,8 mil hectares em 2011 e 68,3 mil hectares em 2012.

Tabela 24 – Área de trigo financiada pelas instituições financeiras na região do COREDE Alto Jacuí (Em hectares)

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	4.593,49	4.026,79	4.179,04	5.419,57	6.741,11
Boa Vista do Incra	2.642,25	1.522,02	2.590,37	3.391,24	3.535,09
Colorado	3.435,25	4.226,71	3.885,26	3.340,10	3.400,42
Cruz Alta	17.582,98	14.778,40	11.817,41	13.368,31	14.313,50
Fortaleza dos Valos	5.067,58	3.884,15	2.960,44	4.071,20	5.580,61
Ibirubá	6.124,87	4.737,28	3.424,49	4.060,27	4.204,21
Lagoa dos Três Cantos	1.220,58	1.551,55	1.588,82	1.140,42	1.401,14
Não-Me-Toque	4.070,62	12.469,38	3.694,85	3.586,15	3.552,81
Quinze de Novembro	1.435,72	1.694,35	1.174,64	1.202,27	1.457,58
Saldanha Marinho	1.315,25	1.233,13	1.379,66	1.285,94	1.604,80
Salto do Jacuí	3.507,35	2.526,86	2.378,49	3.383,39	5.389,82
Santa Bárbara do Sul	8.415,49	8.427,45	13.137,77	12.830,50	12.150,52
Selbach	1.744,05	2.277,15	2.183,67	2.259,57	2.268,80
Tapera	2.179,56	2.883,51	2.109,09	2.472,19	2.725,73
Total	63.335,04	66.238,73	56.504,00	61.811,13	68.326,12

Fonte: Dados da pesquisa

Como destacado pela EMBRAPA (2006), trigo é uma cultura que responde ao incremento tecnológico na quantidade de água aplicada durante o ciclo. O rendimento médio das culturas irrigadas chega a ser três vezes maior que nas culturas de sequeiro. Procedimentos fisiológicos podem incrementar o rendimento de diferentes maneiras: Primeiro, pela identificação dos caracteres para os quais não há variabilidade genética suficiente nas populações melhoradas, segundo variações sazonais na produtividade e a interação genótipo x ambiente, que podem tornar a seleção direta para produtividade ineficiente.

Desse modo, a seleção de caracteres fisiológicos que limitam a produtividade e têm elevada herdabilidade pode ser mais efetiva do que a seleção direta para produtividade; Terceiro, uma maior estabilidade na produtividade pode ser importante para minimizar as perdas em anos de maior ocorrência de déficit hídrico, o que pode ser alcançado pela seleção de caracteres fisiológicos. Além disso, a seleção para caracteres fisiológicos em gerações precoces nos cultivos fora de época (safrinha) pode ser mais efetiva que a seleção direta para produtividade (EMBRAPA, 2012).

Observa-se na tabela 25 que os financiamentos direcionados para a cultura do trigo, apesar de apresentarem alguns valores maiores nos anos de 2009 e 2010, apresentaram-se entre 65% e 70% da área cultivada com o trigo nos anos de 2008, 2011 e 2012.

Tabela 25 – Percentual de área financiada da cultura de trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	30,62%	50,33%	52,24%	60,22%	58,62%
Boa Vista do Incra	77,71%	44,77%	86,35%	135,65%	141,40%
Colorado	68,70%	93,93%	77,71%	66,80%	68,01%
Cruz Alta	130,24%	140,75%	131,30%	57,81%	50,22%
Fortaleza dos Valos	70,38%	64,74%	70,49%	67,85%	93,01%
Ibirubá	43,75%	33,84%	28,54%	29,00%	26,28%
Lagoa dos Três Cantos	48,82%	62,06%	63,55%	43,86%	93,41%
Não-Me-Toque	90,46%	311,73%	87,97%	89,65%	88,82%
Quinze de Novembro	62,42%	121,02%	78,31%	40,08%	48,59%
Saldanha Marinho	29,23%	27,40%	30,66%	28,58%	32,10%
Salto do Jacuí	100,21%	84,23%	95,14%	75,19%	98,00%
Santa Bárbara do Sul	84,15%	120,39%	187,68%	183,29%	162,01%
Selbach	49,83%	75,91%	72,79%	68,47%	68,75%
Tapera	43,59%	72,09%	52,73%	61,80%	61,95%
Total	67,45%	87,39%	80,26%	66,80%	65,89%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme a EMBRAPA (2006), para a cultura de trigo, assim como muitas outras culturas, os ambientes marginais mais importantes apresentam a restrição à disponibilidade de água como principal fator limitante ao rendimento. Portanto, seleção de genótipos tolerantes e manejo adequado para estresse hídrico, podem viabilizar o trigo nesses ambientes marginais. O melhoramento para tolerância à seca assume importância capital para a cultura, bem como a variação sobre o efeito do estresse hídrico nos atributos fisiológicos de trigo em diferentes regiões.

Os atributos fisiológicos podem aumentar o potencial produtivo de trigo em certos ambientes e estão geralmente associados com a interação genótipo x ambiente, para diferentes locais e diferentes anos dentro de locais relativamente estáveis. Portanto, a seleção para aumento do potencial produtivo deve ser feita no ambiente apropriado, considerando as principais características fisiológicas que influenciam o potencial produtivo de trigo. (EMBRAPA, 2006).



A produção do trigo, como pode ser observado na Tabela 26, variou de 157.052 ton no ano de 2012, cuja produção total da região foi a menor do período analisado, até 299.665 ton no ano de 2011, sendo neste ano verificada a maior produção total dentre os 5(cinco) anos analisados.

A redução na produção ocorrida no ano de 2009 quando comparada com 2008, acompanhou a redução de área cultivada naquele ano, diferente da redução na produção do ano de 2012, onde apesar de ter ocorrido um aumento na área cultivada a produção foi menor. Esta produção menor no ano de 2012, deve-se ao fato de terem ocorridos fatores climáticos que afetaram o desenvolvimento da cultura, acarretando em redução na produção de grãos na região.

Tabela 26 – Produção – Trigo em grãos na região do COREDE Alto Jacuí/RS (Em toneladas)

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	33.300	16.800	20.000	31.500	13.500
Boa Vista do Incra	5.100	6.120	8.400	7.000	5.250
Colorado	11.000	10.800	15.000	17.100	6.500
Cruz Alta	29.970	22.050	23.400	69.375	47.916
Fortaleza dos Valos	15.984	13.320	12.600	18.000	10.800
Ibirubá	29.400	33.600	36.000	46.200	18.000
Lagoa dos Três Cantos	6.500	4.500	7.625	7.800	1.800
Não-Me-Toque	9.450	8.880	12.600	12.800	8.400
Quinze de Novembro	5.520	3.528	3.600	10.500	6.300
Saldanha Marinho	9.450	10.800	12.150	14.850	3.000
Salto do Jacuí	6.930	5.940	6.750	14.850	9.900
Santa Bárbara do Sul	28.800	16.800	22.260	25.200	15.540
Selbach	7.350	6.300	9.000	10.890	5.346
Tapera	10.500	9.600	12.000	13.600	4.800
Total	209.254	169.038	201.385	299.665	157.052

Fonte: IBGE., 2013.

No sul do Brasil, devido às condições climáticas mais favoráveis, há mais opções de rotação de culturas, envolvendo tanto as culturas de verão como as de inverno. Essa situação dificulta ou deixa poucas opções para o estabelecimento de culturas comerciais ou mesmo culturas de cobertura, isto é, culturas cuja finalidade principal é aumentar o aporte de restos

culturais sobre a superfície do solo, exigindo que estas tenham características peculiares, como um rápido desenvolvimento inicial e maior tolerância à seca (EMBRAPA, 2006).

Tabela 27 – Variação percentual da produção do trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS (em toneladas).

Município	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista do Cadeado	100,00%	50,45%	60,06%	94,59%	40,54%
Boa Vista do Incra	100,00%	120,00%	164,71%	137,25%	102,94%
Colorado	100,00%	98,18%	136,36%	155,45%	59,09%
Cruz Alta	100,00%	73,57%	78,08%	231,48%	159,88%
Fortaleza dos Valos	100,00%	83,33%	78,83%	112,61%	67,57%
Ibirubá	100,00%	114,29%	122,45%	157,14%	61,22%
Lagoa dos Três Cantos	100,00%	69,23%	117,31%	120,00%	27,69%
Não-Me-Toque	100,00%	93,97%	133,33%	135,45%	88,89%
Quinze de Novembro	100,00%	63,91%	65,22%	190,22%	114,13%
Saldanha Marinho	100,00%	114,29%	128,57%	157,14%	31,75%
Salto do Jacuí	100,00%	85,71%	97,40%	214,29%	142,86%
Santa Bárbara do Sul	100,00%	58,33%	77,29%	87,50%	53,96%
Selbach	100,00%	85,71%	122,45%	148,16%	72,73%
Tapera	100,00%	91,43%	114,29%	129,52%	45,71%
Total	100,00%	80,78%	96,24%	143,21%	75,05%

Fonte: Dados da pesquisa.

A safra brasileira de 2011/12, de acordo com os dados divulgados pela Conab, em 10/08/2012 as perdas foram de 14,74%, em relação à safra passada, observando que 2,05% foram motivados por redução na produtividade e 12,96% pela diminuição da área. No Rio Grande do Sul, a motivação consiste nas condições climáticas, com uma produção menor em 13,08%, sendo 3,29% em produtividade e 10,12% em área. Já no Mato Grosso a diminuição foi mais agressiva, ficando em 35,34% na produção, motivada pela perda de 37,21% da área, com a diminuição de abertura de áreas novas e a competição com produtos de comercialização mais facilitada (milho e soja), sendo que a produtividade aumentou em 2,80% (CONAB, 2012).

A produção da região por hectare cultivado variou de 1,51 ton no ano de menor produção (2012) até 3,24 ton no ano em que ocorreu a maior produção por hectare do período (2011). Nos anos de 2008 e 2009 a produção foi de 2,23 ton por hectare, enquanto em 2010 atingiu 2,86 ton por hectare.

#### **4.5 Necessidade do financiamento bancário**

Existem modelos dois grandes grupos de crédito agrícola para cadeia de grãos no Brasil em: o crédito agrícola oficial e o crédito agrícola comercial privado ou não-oficial. Os modelos de crédito agrícola oficial estão ligados ao crédito obtido junto ao sistema bancário e às cooperativas de crédito.

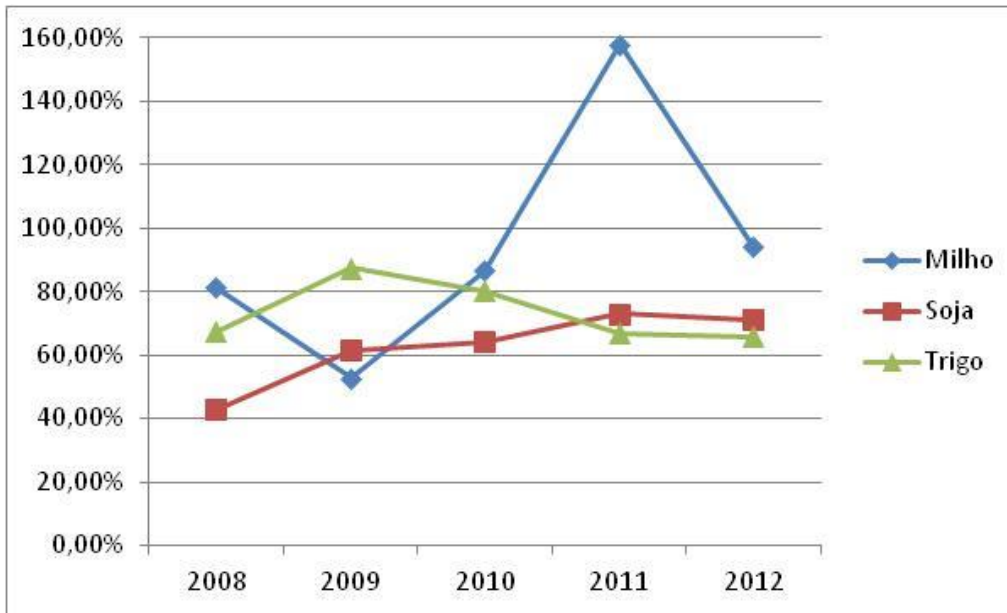
Os produtores estão buscando maiores aportes financeiros junto às instituições financeiras, principalmente com relação à cultura da soja, a qual possui uma maior representatividade nos volumes financeiros, estando estes volumes relacionados com as áreas cultivadas. Este fator pode estar relacionado à necessidade de realizar maiores investimentos financeiros na condução da lavoura, com a finalidade de torná-la mais produtiva e, por consequência, possibilitando maior rendimento financeiro.

No Gráfico 1 pode-se verificar que a cultura do trigo sofreu uma retração na busca dos produtores por financiamentos para o custeio, pois nos anos de 2009 e 2010, cerca de 80% da área cultivada foi financiada pelas instituições financeiras, enquanto nos anos de 2011 e 2012 os financiamentos ficaram pouco acima de 60% do total da área cultivada.

No caso do milho, tem-se que desconsiderar o ano de 2011, o qual mostra um volume de liberações capaz de financiar quase 160% das lavouras implantadas na região, ou seja, de cada R\$ 1,60 liberado, seria necessário apenas R\$ 1,00 para custear as lavouras de milho daquele ano. No ano de 2009, as liberações foram capaz de financiar menos de 60% das áreas cultivadas. Nos demais anos, ou seja, 2008, 2010 e 2012, as liberações superaram 80% da necessidade de recursos para a implantação das lavouras de milho, o que significa que quase todo o valor necessário para cultivar as lavouras de milho são liberadas pelas instituições financeiras.

No caso da soja, verifica-se um aumento gradual no período analisado, onde no ano de 2008 apenas 42,66% dos valores necessários para implantar as lavouras de soja foram disponibilizados por instituições financeiras. Nos anos de 2009 e 2010 estas liberações superaram 60%, sendo 61,43% no ano de 2009 e 64,32% no ano de 2010. Já nos dois anos seguinte, 2011 e 2012 a participação dos financiamentos bancários superaram os 70%, o que indica que cada vez mais os produtores rurais dependem das instituições financeiras para que possam cultivar suas lavouras utilizando uma tecnologia que possa trazer resultados financeiros compatíveis com a potencialidade de produção atual da soja.

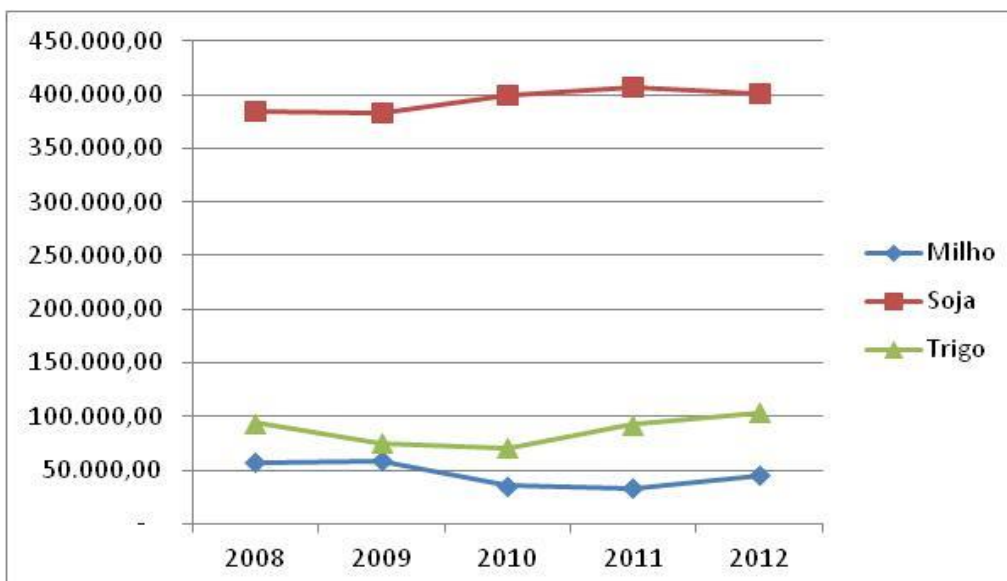
Gráfico 1 - % de área financiada na região do COREDE Alto Jacuí



Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 2, verifica-se o apetite dos produtores da região pela cultura da soja, pois esta responde em todos os anos por aproximadamente 400.000 hectares, enquanto o trigo teve oscilações entre 70.400 e 103.700 hectares. No caso do milho, a cultura apresentou área cultivada próxima a 60.000 hectares nos dois primeiros anos do estudo, caindo para menos de 40.000 hectares nos anos de 2010 e 2011, enquanto no ano de 2012 teve uma recuperação, chegando a aproximadamente 45.000 hectares.

Gráfico 2 – Área total cultivada com as culturas estudadas na região



Fonte: Dados da pesquisa

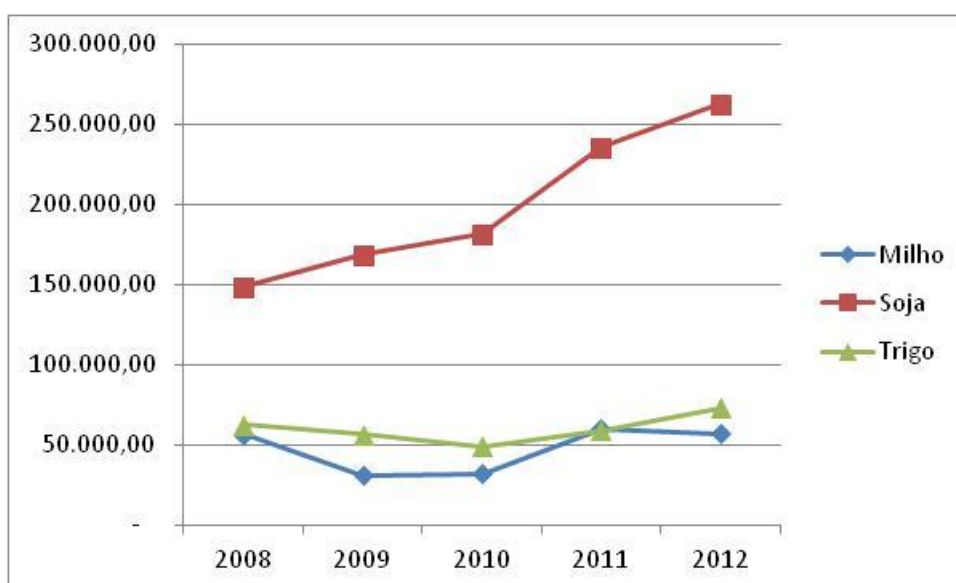
No gráfico 3 pode-se verificar que os valores liberados para a cultura da soja crescem a cada ano, enquanto as liberações para as culturas do trigo e do milho não possuem o mesmo desempenho.

No ano de 2009 as liberações para a soja atingiam aproximadamente R\$ 150 milhões, enquanto no ano de 2012 superaram os R\$ 260 milhões, o que demonstra um crescimento de 76% no período verificado.

Para o caso do trigo, verifica-se um crescimento de 17% no período, passando de R\$ 62,3 milhões em 2008, para R\$ 73,1 milhões no ano de 2012. Ao contrário da soja que apresentou evolução em todos os anos, o trigo teve retração nas liberações nos anos de 2009 e 2010, retomando o crescimento no ano de 2011, quando atingiu R\$ 59,1 milhões.

No caso da cultura do milho, as liberações evoluíram apenas 0,17% no período analisado, passando de R\$ 56,6 milhões para R\$ 56,9 milhões no ano de 2012.

Gráfico 3 – Valores liberados pelas instituições financeiras (em R\$ mil)



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que no decorrer do período analisado, tanto o trigo quanto o milho não acompanham a evolução destacada da cultura da soja, onde os produtores de soja, tem buscado a cada ano maiores valores junto as instituições financeiras para implantar suas lavouras.

As razões para explicar esse comportamento, estão relacionadas ao elevado nível das cotações da oleaginosa no mercado internacional, que por consequência repercute no mercado interno (CONAB, 2012). Quanto maiores forem as cotações da oleaginosa, melhores serão os

rendimentos obtidos pelos produtores do grão, e por esse motivo, os aportes financeiros obtidos nas instituições financeiras são cada vez mais importantes, tendo em vista que para produzir mais, faz-se necessário cada vez mais investimentos na condução das lavouras temporárias.

Pelo fato de cada vez mais necessitarem de liberações de financiamentos bancários, os produtores estão, a cada ano, mais dependentes desta fonte de recurso, principalmente por ser mais barata em relação aos financiamentos diretos das empresas, que poderiam inviabilizar os produtores pelo fato de terem custos financeiros mais elevados.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve por abrangência a região do COREDE Alto Jacuí, a qual está situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e objetivou analisar os financiamentos bancários destinados à atividade agrícola e as áreas cultivadas com Milho, Soja e Trigo na região do COREDE Alto Jacuí/RS no período de 2008 a 2012.

Para concretizar este estudo histórico-descritivo foi utilizado o método de pesquisa quantitativa e bibliográfica, com coleta de dados secundários relacionados ao objeto de estudo, com utilização de informações das operações de Crédito Rural, obtidas junto ao BACEN, através de relatórios específicos para o estudo ou através do aplicativo PASCS10.

Em todos os municípios do COREDE Alto Jacuí, no período dos cinco anos analisados, os financiamentos totais tiveram uma evolução significativa, em que a média de evolução dos financiamentos, quando comparados os anos de 2008 e 2012, foi de 101%, passando de R\$ 767 milhões em 2008 para R\$ 1.544 milhões em 2012.

Com relação aos valores liberados para as culturas estudadas, pode-se notar que a cultura da soja é, até o momento da conclusão deste estudo, a que mais demanda de recursos financeiros para que o produtor consiga implantar suas lavouras, de modo que possibilite obter maiores rendimentos financeiros. Esta constatação deve-se ao fato de que no ano de 2008, apenas 42% da área cultivada com a oleaginosa dependia de financiamentos bancários para seu cultivo, enquanto no último ano analisado, mais de 70% da área cultivada na região estudada, era financiada com recursos de instituições financeiras. Os valores destinados para a cultura saltaram de aproximadamente R\$ 150 milhões para pouco mais de R\$ 260 milhões.

No caso das culturas de milho e de trigo, as quais também possuem uma dependência dos financiamentos bancários, constatou-se, porém, que esta dependência é notada em todos os anos estudados. No caso do trigo, no ano de 2008 os financiamentos já possibilitavam a implantação de aproximadamente 60% da área cultivada com o cereal, o que não foi diferente no último ano analisado. Para o milho, no primeiro ano analisado, os financiamentos possibilitavam o cultivo de aproximadamente 80% da área cultivada, enquanto em 2012 o volume liberado era responsável por mais de 90% do total da área plantada com a cultura.

Quanto aos custos avaliados, onde consideramos apenas os custos de produção, desconsiderando os custos fixos e de investimentos, podemos constatar que para as três culturas ocorreu o mesmo movimento, onde no ano de 2008 os insumos utilizados estavam

em patamares elevados, se comparados aos anos de 2009 a 2011. Apenas no ano de 2012 os custos de produção para as culturas analisadas superaram os valores apresentados no ano inicial. No caso da soja, o custo em 2008 era de R\$ 909,67 por hectare cultivado, ficando o menor valor apresentado em 2010, quando atingia R\$ 710,10 e o maior valor apresentado no ano de 2012 quando atingiu R\$ 924,28. O trigo variou de R\$ 857,03 no ano de 2009 a R\$ 1.070,93 no último ano analisado. No caso do milho, os custos variaram de R\$ 1.040,70 no ano de 2010 até R\$ R\$ 1.335,48 no ano de 2012.

A produção total em todas as culturas, ao se comparar apenas o ano de 2008 com o ano de 2012 podemos observar que ocorreram variações negativas, porém devemos levar em consideração que nos anos intermediários podemos encontrar variações positivas. No caso da soja, no ano de 2008 eram produzidas 906,21 mil ton do cereal, enquanto a maior produção ocorreu no ano de 2011, quando foram produzidas 1.298,17 mil ton da oleaginosa, porém no ano de 2012 esta produção atingiu apenas 574,61 mil ton. Esta redução na produção deve-se a uma estiagem ocorrida no início do ano de 2012, o que comprometeu o andamento das culturas de verão daquele ano.

No caso do milho, o ano de 2008 apresentou a maior produção dos anos avaliados, atingindo 307,14 mil ton, enquanto o ano de 2012 apresentou o menor volume de produção, chegando a 114,42 mil ton do grão. No caso do trigo, o menor volume de produção ocorreu em 2012, quando foram atingidos o volume total de 157,05 mil ton, enquanto a maior produção constatada foi no ano de 2011, quando colheu-se quase 300,00 mil ton do cereal na região analisada.

Verificou-se no presente estudo que cada vez mais os produtores rurais dependem de terceiros, ou seja, dos financiamentos bancários para realizar o cultivo de grãos nas suas propriedades, e que sem estes, talvez as alternativas existentes, por apresentarem custos mais elevados poderiam inviabilizar o cultivo ou até mesmo levarem os produtores a sérios problemas de endividamentos, inviabilizando assim a permanência na atividade agrícola.

Para trabalhos futuros, sugere-se que seja realizada pesquisa junto aos produtores e empresas ligadas ao ramo agrícola, com o desejo de obter informações sobre quais são as formas alternativas que os produtores utilizam para financiar suas culturas, bem como os volumes utilizados para tal. Obtidas estas informações, será possível avaliar com maior precisão se efetivamente os financiamentos bancários estão sendo utilizados apenas para o fim a que foram criados (custeio da lavoura), ou também são usados para que os produtores possam viabilizar seus endividamentos financeiros com juros subsidiados.



Também se sugere a realização de estudos que abordem os financiamentos através do PRONAF aos agricultores da região do COREDE Alto Jacuí/RS, com o intuito de identificar se o programa está possibilitando uma melhor qualidade de vida ao público para quem o programa foi criado, ou se tais recursos estejam sendo destinados a outras finalidades e enquadramentos de produtores.

Por fim, destaca-se a grande relevância do estudo realizado, por possibilitar informação e aprendizado ao autor, pelo fato de que já possibilitou realizar análises diferentes das habituais junto ao segmento analisado desde o início dos estudos, bem como a inserir novos relatórios gerenciais ao longo do desenvolvimento do trabalho.

## REFERÊNCIAS

AGRONOTÍCIAS. **Financiamentos para o custeio da soja ultrapassam R\$ 2 bilhões em MT.** Publicado em: 15/10/2013. Disponível em: [www.agronoticiasmt.com.br/.../financiamentos-para-o-custeio-da-soja-ult](http://www.agronoticiasmt.com.br/.../financiamentos-para-o-custeio-da-soja-ult). Acesso em: julho 2014.

ARAÚJO, P. F. C. de; BARROS, A. L. M. de; BARROS, J. R. M. de; SHIROTA, R. Política de crédito para a agricultura brasileira Quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento. **Revista de Política Agrícola.** Ano XVI – Nº 4 – Out./Nov./Dez. 2007.

AVELÃS NUNES, A. J. Aventuras e desventuras do Estado Social. **Revista da Fundação Brasileira de Direito Econômico.** Vol. 3. 2011.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico de crédito rural.** Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) Acesso em: agosto de 2014.

BALSAS, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária,** v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARBOSA, M. Z.; ASSUMPÇÃO, R. Ocupação territorial da produção e da agroindústria da soja no Brasil, nas décadas de 80 e 90. **Informações Econômicas,** São Paulo, 31(11):7-16, novembro, 2001.

BEULKE, R.; BERTÓ, D. J. Metodologia de custo no agronegócio: Um estudo de caso na cultura da soja (convencional e transgênica). **Revista do conselho regional de contabilidade do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, p. 27 a 41, dez./2004.

BRASIL. **Lei 4.829** disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4829.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.html). Acesso em: maio de 2013.

BROCH, D. L.; PEDROSO, R. S. **Custo de Produção do Milho Safrinha 2012.** Disponível em: [http://www.fundacaoms.org.br/base/www/fundacaoms.org.br/media/attachments/67/67/539b0c7f826e2110e008a0c6c839a7198f4\\_1344e31aa6\\_09-custo-de-producao](http://www.fundacaoms.org.br/base/www/fundacaoms.org.br/media/attachments/67/67/539b0c7f826e2110e008a0c6c839a7198f4_1344e31aa6_09-custo-de-producao). Acesso em: out. de 2014.

BRUM, A. L.; MÜLLER, P. K. A realidade da cadeia do trigo no Brasil: o elo produtores/cooperativas. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** vol. 46 n<sup>o</sup>.1 Brasília Jan./Mar. 2008.

CAIXETA-FILHO, J.V. **Pesquisa Operacional**: técnicas de otimização aplicadas a sistemas agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

CARVALHO, F. J. C. de “Políticas econômicas para economias monetária” In: Lima, Gilberto T.; Sicsú, João; Paula, Luis F. (orgs.) **Macroeconomia Moderna**: Keynes e a economia contemporânea, Rio de Janeiro: Campus, p. 258-281, 1999.

CASTRO, J. D. B.; CASTRO, M. V. D. de. Análise da Rentabilidade de Financiamento de Custeios Agrícolas para Cultivo de Soja no Pólo Agrícola de Balsas – MA. **REU**, Anápolis (GO), vol. 1, n<sup>o</sup> 1, JUL/DEZ-2005.

CENCI, A. R.; BEDIN, G. de L.; FISCHER, R. S. **Do Liberalismo ao Intervencionismo**: o Estado Como Protagonista da (Des)Regulação Econômica, 2005.

CHIAPPA, A. da C. **Crédito agrícola, produção e exportação de soja**, Pesquisadora – UFSM. Publicado em 25-03-2001. Disponível em: [www.agronline.com.br/artigos/credito-agricola-producao-exportacao-soja](http://www.agronline.com.br/artigos/credito-agricola-producao-exportacao-soja). Acesso em: julho 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, décimo primeiro levantamento, agosto 2009. Brasília: Conab, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, sétimo levantamento, abril 2010. Brasília: Conab, 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, sexto levantamento, março 2011. Brasília: Conab, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, décimo segundo levantamento, setembro 2012. Brasília: Conab, 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, décimo levantamento, julho 2013. Brasília: Conab, 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Custos de produção agrícola: a metodologia da Conab. Brasília: Conab, 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Estudos de Prospecção de Mercado Safra 2012/2013**. Brasília (DF), Setembro de 2012.

CRUZ, J. C.; PEREIRA FILHO, I. A.; ALBUQUERQUE FILHO, M. R. de. **Rotação de Culturas**. Ageitec, Embrapa, 2011.

DE CASTRO, E. R. **Crédito rural e oferta agrícola no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2008.

DELGADO, G. C. **Uma metodologia para determinação de preços mínimos**. Brasília, CFP, 1978. 92p. (Coleção Análise e Pesquisa, 3).

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio P. **Políticas públicas e agricultura no Brasil** (Org). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

EMBRAPA. **Cultivo do Milho**. Disponível em: <[http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho\\_2ed/index.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/index.htm)> Acesso em agosto de 2014.

EMBRAPA. **Tecnologias de produção de Soja Região Central do Brasil 2004**. 1ª edição. Embrapa, 2003.

EMBRAPA. A cultura de trigo. Circular Técnica nº 21, dezembro, 2006.

FARSUL. **Relatório Econômico 2012 e Perspectivas para 2013**. Assessoria Econômica, Dezembro de 2012.

FECOAGRO/RS - FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS. **Custo de produção**. Porto Alegre, ano 42, n. 62, p. 18, ago. 2012.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pgcoresdetalhe.php?corede=Alto+Jacu%ED>. Acesso em Jun de 2013.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais, **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol. 47 no.3 Brasília July/Sept, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 256 p.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP. IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 240 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP. IE, 2002.

GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, M. A. S. DE, JUNIOR, R. T. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

HESPANHOL, A. N. **Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial**. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 370-392, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Produção Agrícola Municipal 2009**. Disponível em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br). Acesso em: setembro de 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE-Cidades**. Disponível em <http://ibge.gov.br/cidadesat/index.php>. Acesso em Jun de 2013.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, CM. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008. 229 p.

KIRST, C. C. S. **Aplicação de um sistema de custos em uma Propriedade Rural**: Produção de Trigo, Linhaça e Soja. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Ijuí (RS) 2012.

LEITÃO, A. L. E. **Política Pública para a agricultura familiar**: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PROINF) no território do Caparaó-ES. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009. 172 p.

MARTIN, N. B. et al. **Custo**: Sistema de custo de produção agrícola. Informações econômicas. SP, v.29. n.9, set. 1994.

MARX, E. **A influência da cultura da soja no desenvolvimento econômico do município de Ibirubá-RS**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 1997.

MASSUQUETTI, A. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Economia Rural. UFRGS: Porto Alegre, 1998.

MCR – **Manual de crédito rural**. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:dvGeropMCR>. Acesso em Jun de 2013.

MELO, N. A. de. **Do Complexo Rural à Modernização Agrícola Brasileira: A Modernização da Agricultura Paranaense e os Impactos na Vida Rural – Uma Análise do Programa Vilas Rurais no Norte do Paraná**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76.

MENEGATTI, A. L. A.; BARROS, A L. M. de Análise comparativa dos custos de produção entre soja transgênica e convencional: um estudo de caso para o Estado do Mato Grosso do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.45 n°.1 Brasília Jan./Mar. 2007.

MERA, C. M. P. **População rural na região do Alto Jacuí/RS**: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS: Porto Alegre, 2011.

MESQUITA, L. A. P. de; MENDES, E. de P. P. Modernização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-17.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Agrícola e Pecuário - 2009/10, 2010/11 e 2011/12. Disponível em: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acesso em: agosto de 2014.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Seguro Rural: avanços e perspectivas**. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_tematicas/Agricultura\\_sustentavel\\_e\\_irrigacao/11\\_reuniao/Seguro.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Agricultura_sustentavel_e_irrigacao/11_reuniao/Seguro.pdf). Acesso em: setembro de 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Trigo** Disponível em: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) > Acesso em: julho 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2013 / 2014**.

MORAES, M. G. de. **Perspectivas para a cultura do milho no Brasil**. Biotecnologia > Milho Terça-feira, 15 de fevereiro de 2011.

NASCIMENTO, A. F. do; PIZAIA, M. G.; CAMARA, M. R. G. da. **Fontes de Financiamento da Agricultura Brasileira**. Faculdade Metropolitana Londrinense, Londrina, PR, Brasil; Universidade Estadual De Londrina. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **XLV CONGRESSO DA SOBER**. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.** vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext). Acesso em: julho 2014.

NEVES, E. M.; ANDIA, L. H. Custo de produção na agricultura. In: **Série Didática [do] Departamento de Economia, Administração e Sociologia**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, n.96, 2003. p. 182-195.

OCDE. Análise das Políticas Agrícolas do Brasil – Destaques e Recomendações de Políticas. **Revista de Economia Agrícola**, Edição Especial, p. 5-16, Out. 2005.

OLIVEIRA NETO, A. A. de; JACOBINA, A. de C.; FALCÃO, J. V. A depreciação, a amortização e a exaustão no custo de produção agrícola. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano 17, n. 1, 2008.

OLIVEIRA NETO, A. A. de; JACOBINA, A. de C. A revisão da metodologia de elaboração dos custos de produção da Conab. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: Conab, 2009.

PEREIRA, J. A. M.; ARBAGE, A. P. Mecanismos de financiamento à produção rural no noroeste colonial do Estado do Rio Grande do Sul: uma análise na perspectiva dos produtores rurais. **Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 22-30, jan./abr. 2012.

PINHEIRO, R. dos S. **Modelo Agro** – Exportador Brasileiro. Artigo publicado em 21 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/modelo-agro-exportador-brasileiro/31195/> Acesso em: 03 de novembro 2014.

REIS, R. P. **Fundamentos de economia aplicada**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.

REZENDE, T. P. **Financiamento às Exportações: Caso PROEX e BNDES-EXIM**. Florianópolis, outubro de 2006.

REZENDE FILHO, C. B. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

REZENDE, I. A. da C. **Evolução do Pensamento Econômico**. 2005. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/economia/evolucao-do-pensamento-economico>, Acesso em: 03 de novembro 2014.

RICHETTI, A. **Porque controlar o custo de produção**. Dourados, MS. Nov. 2007. Disponível em <http://www.cpa0.embrapa.br/Noticias/artigos/artigo7.html#sdfootnote1anc>. Acesso em 03 de novembro 2014.

RIVERA, A. A. C. **Análise agronômica e econômica de sistema de produção de milho**. Viçosa, UFV. 4 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras. MG, 2006.

RIZZARDO, A. **Contratos de Crédito Bancário**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ROHLEDER, D. **Desenvolvimento do noroeste do RS: uma interpretação contemporânea e alternativa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 106 p.



SALLUN JR., B. Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 nº. 52 junho/2003, p. 35-54.

SANTOS, G. J. dos, MARION, J. C., SEGATTI, S. **Administração de Custos na Agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, J. I. dos. **Otimização da Cadeia Produtiva de Grãos para o Território do Médio Sertão de Alagoas Como Forma de Combate à Desertificação**. Campina Grande – PB, Agosto de 2008.

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais)

SILVA, C. R. L. da; CARVALHO. M. A. de; ARAÚJO, P. F. C. de. Financiamento privado da agricultura: uma avaliação dos mercados futuros. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 11, número 1 (17) p. 80-96, 2000.

SILVA, R. C. da; LOPES, A. C. V. **Análise de custo da produção do milho safrinha**: uma propriedade. Brasil apresentação oral agricultura familiar e ruralidade. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

SILVA, L. X. (Org.) **Estado e políticas públicas**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, F. P. **Financiamento da cadeia de grãos no Brasil**: o papel das tradings e fornecedores de insumos. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SPOLADOR, H. F.S. **Reflexões sobre a Experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura**. Piracicaba, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), ESALQ: São Paulo, 2001.

TAVARES, M. da C. **Desenvolvimento e igualdade**: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares (Org.): João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TRENNEPOHL, D. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha.** Ijuí: Unijuí, 1997. 168 p.

VASCONCELOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WEISSBACH, P. R. M. **Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras – RS** / Paulo Ricardo Machado Weissbach. – Rio Claro: [s.n.], 2007; 288 f.

ZAMBERLAN, J. **Cruz Alta: as perspectivas do desenvolvimento** - um estudo sócio econômico prospectivo. Cruz Alta: APROCruz, 1989, 190 p.